

FORMAÇÃO DE PORTUGAL

Um problema controverso

O problema da formação de Portugal, muito controvertido mas pouco esclarecido, tem de seriar-se em vários aspectos:

1) Formação do Estado e sua influência na unidade e individualidade nacionais, que não podem deixar de ser, em parte, consequência da vida em comum dentro duma fronteira excepcionalmente antiga e estável.

2) Época a partir da qual se encontram indícios de constituição duma entidade administrativa com tendência para a autonomia e como se transforma ela em Estado independente.

3) Possíveis antecedentes, resultantes de condições do território, de diferenciação e homogeneidade étnicas, de heranças de civilização, que possam ter contribuído para a eclosão do futuro espaço político de Portugal.

Aceitando-se a tese estreme do ermamento dos primeiros séculos da Reconquista, é impossível fazer recuar esta indagação além deles — posição defendida por vários historiadores, a partir de Herculano até Damião Peres e Sánchez-Albornoz. A reacção doutrinal contra a posição de Herculano, negando qualquer continuidade entre lusitanos e portugueses, deve-se principalmente a Leite de Vasconcellos, que, nas suas célebres *Religiões da Lusitania*, procurou demonstrá-la em vários aspectos (Teófilo Braga, ao escrever acerca do assunto, nada disse de válido): ela tem sido seguida por pré-historiadores e etnólogos, não raro com manifesto exagero. Por outro lado, outros historiadores (Alberto Sampaio, Gama Barros, Pierre David, Menéndez Pidal, Avelino de Jesus da Costa), apoiados em factos incontroversos e em aproximações pertinentes, mostraram em que sentido se deve tomar o ermamento: desordem social, ausência ou enfraquecimento dos quadros senhoriais, fuga das populações para lugares de refúgio, ruína e assolação dos

centros urbanos, mas de modo nenhum *despovoamento* e supressão dos habitantes pelas armas. As suas conclusões, geralmente aceites por etnólogos e geógrafos (Bosch Gimpera, Mendes Correia, Caro Baroja, Jorge Dias, H. Lautensach, O. Ribeiro), falam a favor de se procurarem raízes profundas de «nacionalidade», a que porventura a ordem, fortemente centralizada, do Estado deu consistência de «nação».

4) O problema não deve ser visto apenas pelo lado «nacional», mas no conjunto peninsular de que Portugal faz parte; se o destino histórico separou e tendeu a isolar os dois Estados ibéricos, as suas origens são em larga parte comuns e a sua evolução em larga parte também paralela — esclarecendo-se mutuamente portanto.

5) São de eliminar, como fantasiosas e destituídas de base científica, as hipóteses que recuam o aparecimento de Portugal para além da segura existência de grupos individualizados por caracteres comuns da sua vida colectiva — embriões de Estados *viáveis* e de futuras «nações» (houve quem pretendesse ver nos homens dos concheiros de Muge os antepassados dos portugueses!); são de afastar também as interpretações que pretendam encontrar na individualização de povos pré-romanos ou anteriores à Reconquista, por exemplo, a *prefiguração* de Portugal: aparecendo este no século XII, é óbvio que muito do que se passou antes no seu espaço político pode ter contribuído para lhe dar unidade e consistência, somando-se pequenas circunstâncias condicionantes à causa prevalecente da sua unidade e independência políticas: mas são metodologicamente inaceitáveis as teorias que datam a Nacionalidade da civilização megalítica do Ocidente (Calcolítico), de povos obscuramente conhecidos na época da conquista romana (identificação, a partir do século XVI, de lusitanos com portugueses, ilustrada pela literatura e usada ainda na linguagem corrente), da fixação da fronteira em limites étnicos que as divisões administrativas romanas teriam respeitado, do reino dos suevos, que, com a unidade e coesão conservada através da rápida migração que os trouxe ao Noroeste da Península, teriam moldado o futuro Estado, da influência que Cluny pretendeu exercer sobre uma das frentes da Reconquista, etc. Parece tão errado desprezar sistematicamente algumas destas possíveis condições como atribuir apenas ou principalmente a qualquer delas papel decisivo na origem de Portugal.

Por o assunto ter preocupado os principais estudiosos do passado português, a sua bibliografia é muito vasta e desigual (ver, como exemplo

de posições opostas, Damião Peres e Mendes Correia; e a enumeração recente, muito ampla, embora não exaustiva, em T. de Sousa Soares, *Reflexões*, cit.). Neste estudo procurar-se-á um tratamento condensado e crítico do problema, sem o intuito de dar ideia do seu desenvolvimento através dos autores que, directa ou indirectamente, se ocuparam dele; mas com a preocupação de confrontar o aspecto português com o peninsular e de afastar desígnios patrióticos, que tanto podem revelar-se no afã de procurar a Portugal raízes profundas ou de glorificar a vontade esclarecida dos seus fundadores, como em demonstrar a essencial unidade da Península e o carácter «ocasional» da independência portuguesa.

Durante a primeira metade do século XII constituiu-se um novo Estado na Península e, um século depois de consolidada a independência, tomava forma definitiva a sua fronteira, *a mais antiga e mais estável do Mundo*¹.

Numa época de proliferação de efémeras formas políticas, numa Península sem unidade, Portugal aparece como uma nação *viável*, capaz de resistir à unificação empreendida por um poderoso Estado vizinho e de, desenvolvendo um destino histórico em parte paralelo, não mais se confundir com ele. As recentes «interpretações» de conjunto da história de Espanha, de Américo Castro e Sánchez-Albornoz, retomando a tese ultrapassada do «acaso», nem têm em conta resultados importantes de historiadores portugueses sobre a génese do Condado Portugalense (Paulo Merêa, por exemplo, num estudezinho que é modelo de rigor e lucidez), nem «explicam», de modo nenhum, essa contradição do seu futuro: nenhuma luz nos vem das divagações, por vezes muito argutas, mas não raro emaranhadas, dos dois insígnos historiadores espanhóis, que preferiram arredar o problema a reflectirem nele.

O território e a raça.

Conserva-se propositadamente o segundo termo do enunciado por ele ser corrente na bibliografia, embora, na terminologia científica moderna, deva dizer-se *etnia* ou *povo*.

Uma nação constitui-se com várias unidades espaciais e com vários grupos humanos «naturais»; as interpretações que procuravam no

¹ Inicialmente escrevi da Europa; as fronteiras de outras partes do Mundo são todas mais ou muito mais recentes.

território e na «raça» uma explicação para a origem de Portugal estão ultrapassadas.

O território português reparte-se por três grandes conjuntos geográficos — Norte atlântico, Norte interior, Sul (mediterrâneo) —, todos eles comuns a regiões espanholas confinantes. O contraste entre Galiza litoral e interior repete-se entre o Minho e Trás-os-Montes; a Beira Baixa e o Alentejo são afins da Estremadura espanhola; a própria *Meseta* castelhana, porventura a região mais vigorosamente original de Espanha, lança em Miranda do Douro e a leste do distrito da Guarda o derradeiro prolongamento dos seus planaltos, rígidos e uniformes.

A ideia duma «individualidade geográfica» de Portugal como base da sua separação política, grata a geógrafos como E. Reclus, Th. Fischer e Silva Telles, embora retomada em termos mais rigorosos por H. Lautensach, carece de ser vista a outra luz ². Os elementos de diversidade do território são fáceis de esquematizar: maior extensão da montanha no Norte e da planura no Sul; maior duração dos tipos de tempo atlânticos na metade setentrional (chuvas mais precoces, prolongadas ou tardias, atmosfera mais húmida e luz mais doce) e mediterrâneos na meridional (Inverno moderado, Verão seco e cada vez mais longo à medida que se caminha para o sul: 2 meses no Minho, 3 no Mondego, 4 no Tejo, 6 no Algarve); preponderância de arvoredos de folha caduca (carvalhos, castanheiros, olmos, freixos, etc.) no Norte, onde formam bosques, e de árvores de folha perene (azinheira, sobreiro) no Sul.

Como a tonalidade atlântica caminha pelo litoral e a mediterrânea se insinua pelas terras baixas do interior, os elementos naturais e humanos mais importantes do território português têm um traçado em viés. O Norte atlântico (em certos aspectos até ao Mondego, noutros até à foz do Sado) é o domínio do pinheiro bravo, em grande parte propagado pelo homem, da pequena rega, da policultura, do gado graúdo, da propriedade retalhada, dos campos de milho (a partir do século XVI), centro duma policultura complexa e de elevado rendimento, do povoamento disseminado e das fortes densidades de população.

O Norte interior é terra de carvalhos e castanheiros, de cultura de centeio (hoje em parte substituído pelo trigo), da separação, como na Europa média, do campo, do bosque e do lameiro, de aldeias distantes que guardam traços da sua coesão comunitária, de densidades médias de

² O que procurei fazer no capítulo «Tradición cultural y formación del Estado», *Portugal*, Barcelona, 1955, pp. 67-94.

população entre ermos e baldios, onde se faziam culturas episódicas e se pastoreava gado miúdo, arroteados ou arborizados recentemente.

O Sul é o domínio de charnecas, persistentes vazios onde se fizeram há poucas dezenas de anos as últimas arroteias, da grande propriedade e da diferenciação social que ela provoca, da cultura do trigo em alternância com longos pousios, do montado (o paradoxo da mata residual, esparsa no campo e sem jamais formar floresta) e da criação pastoril de ovelhas e porcos.

Um dos elementos mais importantes destes contrastes é a fragmentação do Norte em montanhas e vales profundos, com as dificuldades que opõem ao trânsito, mas também os recessos onde a castanha ajudava a subsistir as populações que se refugiavam no isolamento de relevos inacessíveis, e a existência, no Sul, de largos tractos de planura praticável: um símbolo destas diferenças pode ver-se na persistência, em todo o Norte, do carro de bois de eixo móvel (admirável veículo, pesado mas resistente, que ainda hoje passa onde não vai o *jeep*), na modéstia das suas cidades interiores, muitas delas com a forte base rural duma depressão favorável à agricultura (antes das vias de comunicação modernas e do surto industrial recente); no Sul, no emprego de carros mais leves e mais frágeis, rodando sobre eixo fixo nos caminhos rurais onde passa qualquer automóvel, e na antiguidade e continuidade duma tradição urbana, numerosos núcleos distantes entre grandes solidões e vazios humanos. Estes contrastes são mais vigorosos no interior do País do que com qualquer dos territórios espanhóis confinantes.

A posição de fachada marítima foi aproveitada largamente pela civilização que se elaborou em Portugal; mas nem a determinou nem lhe é especialmente favorável: litoral alinhado, sem ilhas fronteiras, em parte talhado em arribas e areais desabrigados, batido severamente pelos ventos de oeste, embora com recessos de estuários e lagunas, mas sujeitos a assoreamento e com *barras* difíceis; apenas duas penetrações constituem bons portos naturais: Lisboa e Setúbal. Outras fachadas marítimas da Península tiveram destino paralelo (portos da Andaluzia atlântica, rias galegas e cantábricas), mas a vida marítima mais antiga e mais intensa pertence ao Mediterrâneo e à sua antecâmara entre o Algarve e Marrocos. Cádiz, apinhada num rochedo sem água e ligada ao continente por uma delgada restinga que abriga o seu porto, e Sevilha, no meio duma depressão de grande fertilidade e ainda acessível aos galeões da América, enlaçaram relações marítimas longínquas muito antes de Lisboa. Sevilha,

com os Descobrimientos, passou a desempenhar papel paralelo ao destas nas relações com as Índias Ocidentais (América).

O litoral atlântico é uma *finisterra*, com vocação, contraditória e alternante, de isolamento e de relações marítimas distantes: o destino histórico separou o Norte de Portugal da Galiza, que pertence à mesma fachada atlântica e, à parte os recessos das rias que dão maior peso à sua vida marítima, na paisagem, na língua, na índole dos habitantes, na emigração e na riqueza do seu lirismo, é o mais «português» dos territórios espanhóis.

A posição de Portugal ajuda a compreender o seu alheamento do Mediterrâneo (de que a Espanha se conservará solidária até ao fim do século XVI) e explica as relações com os países marítimos do Atlântico (pescarias nos mares britânicos, comércio com a Hansa desde a Idade Média, aliança com a Inglaterra, feitoria de Flandres — principal mercado dos produtos ultramarinos e um dos centros abastecedores de trigo do País na época da expansão, etc.), além, evidentemente, da projecção tropical. Aberto embora para relações marítimas e contactos distantes, pesa sobre Portugal um destino de isolamento, uma marginalidade quanto aos grandes focos da civilização do Ocidente, quer enquanto eles se situam no Mediterrâneo, quer quando a Europa média com eles concorre ou os ultrapassa. O que não é uma vantagem relativamente às faixas ou encruzilhadas onde se encontram e permutam produtos, técnicas e ideias.

A população portuguesa compõe-se, como a maior parte dos povos da Europa Ocidental, de três elementos: o *mediterrâneo*, largamente preponderante em todo o País, caracteriza-se pelos traços morenos — pele, cabelo, olhos —, estatura meã a baixa, crânio alongado, face média ou estreita, constituindo o tipo mais comum do português; o *alpino* distingue-se do anterior principalmente pelo crânio mais curto e pela face mais larga e a sua influência parece mais sensível no Sul; o *nórdico*, com olhos, pele e cabelos claros e estatura mais elevada: embora bastante generalizada, a sua influência é mais forte em Entre Douro e Minho, onde se encontra excesso significativo (entenda-se: em relação à média do País) de olhos azuis, cabelos loiros, peles rosadas e estaturas mais elevadas.

Baseado na relação do índice cefálico e da estatura, Costa Ferreira julgou ver nas províncias da Beira e de Trás-os-Montes as regiões «eticamente mais puras» e um indício de mestiçagem nas que se afastam daquela relação; por maiores reservas que se oponham a estas sugestões,

não deixará de impressionar o facto de se encontrarem nos distritos isolados do Nordeste os valores mais elevados do índice cefálico. Mendes Correia considerou a população portuguesa como «a mais dolicocefala e homogénea da Europa»; mas sabe-se como são delicadas as mensurações antropológicas e complexa a elaboração dos seus resultados: o facto de *todos* os distritos de Portugal revelarem diferenças sensíveis no índice cefálico em relação a *todas* as províncias espanholas limítrofes (mapa com os dados das observações de Tamagnini e Olóriz *apud* Mendes Correia, *Raízes*, p. 63) faz desconfiar que não tenham seguido os dois antropólogos os mesmos critérios de medida e restringe muito as ilações do último autor.

Aceitando que o material português e espanhol seria rigorosamente comparável, poderia antes ver-se no facto uma consequência *a posteriori* da fronteira, e não um elemento condicionante do seu traçado. Hipótese também improvável, porquanto os tipos humanos se definem na Península, através de influências, migrações e contactos, certamente num lapso de tempo muito mais longo do que a existência histórica dos Estados actuais (alguns autores admitiram que desde o fim do Neolítico).

Para além das incertezas na interpretação dos dados antropológicos, vale a pena recordar que a preponderância do elemento mediterrâneo é comum a outros países do Sul da Europa, que também não desconhecem a influência dos elementos nórdico e alpino. Em França, por exemplo, combinam-se os três de maneira diferente, porque cada um deles aí tem uma área de dominância: o que não constitui obstáculo à unidade nacional desse país. Não tem assim qualquer fundamento a tentativa de definir a existência duma «estirpe fundamental», a que teriam vindo acrescentar-se, sem a alterar profundamente, elementos estranhos.

A Nação não é uma consequência do território ou da «raça», mas da própria história: tudo o que em contrário se tem escrito é inaceitável à luz de conceitos actuais da ciência. Também carece de fundamento a hipótese de infusão de sangue africano, negróide, onde se julgou ver uma «explicação» da facilidade com que os portugueses se adaptaram ao ambiente tropical. As relações com a África, documentadas desde o Paleolítico superior, eram certamente com a África branca, cujas populações faziam parte da grande unidade mediterrânea. Os pretos vindos, em pequeno número, com a organização dos impérios almorávida e almóada, que ia da Península ao mundo das savanas, e em muito maior quantidade com os Descobrimentos (os escravos formavam um décimo da população de Lisboa no século XVI), diluíram-se e, à parte alguns

núcleos de mestiços em colónias agrícolas consecutivas à alforria (fins do século XVIII: Sado, Alter do Chão), não é aparente a sua influência.

A tradição cultural pré-histórica.

É lícito procurar, para um Estado medieval e uma nação que se vasou, em grande parte, nos seus moldes, as suas raízes humanas mais remotas em todos os elementos de civilização (conhecidos na pré-história apenas em alguns dos seus aspectos materiais) que contribuíram para diferenciar a fachada atlântica e revelam indícios de modos de vida distintos do corpo maciço do interior da Península.

O arcaísmo e a rudeza, gerados pelo isolamento, pesaram, como uma condenação quase permanente, sobre as indústrias do Oeste peninsular. A originalidade do Paleolítico português consiste num estilo fruste de talhar a pedra, usado pelas populações que percorriam o litoral na apanha de mariscos. Já rolados pelo mar siciliano, ao nível das praias quaternárias mais antigas e mais elevadas (90 m: Magoito), observam-se seixos truncados que se contam entre os remotos vestígios da existência do homem³. Nenhuma das brilhantes civilizações do Paleolítico superior da Península parece ter-se inscrito fortemente em Portugal. Apesar dos achados recentes de material lítico e de algumas grutas decoradas, não se encontraram as maravilhosas pinturas de animais da arte franco-cantábrica, nem as grandes composições que decoram de cenas mágicas de caça e de dança os abrigos de rocha do Levante, como se o Ocidente vivesse à margem das grandes correntes de civilização e dos caminhos dos povos, onde se permutam ideias e aperfeiçoam técnicas.

Pelo contrário, quando, depois da última glaciação, a temperatura subiu e os homens trocaram as cavernas pela beira-mar, desenvolveu-se, difundiu-se e perdurou a indústria «asturiense», caracterizada por picos feitos de seixos toscamente aguçados, com que se desprendiam as lapas dos rochedos. O material, trabalhado segundo este estilo simples e grosseiro, encontra-se, especialmente no litoral do Minho, numa abundância que desafia a avidez dos colecionadores. Esta indústria não é específica do litoral português: pouco representada no Sul, ausente, como é

³ Descobertos pelo P.^e H. Breuil e G. Zbyszewski; recentemente este autor encontrou-os em cascalheiras calabrianas, às quais hoje se faz ascender o Quaternário. A monumental tese de licenciatura de Vítor de Oliveira Jorge sobre os seixos afeiçãoados (1972) nunca foi publicada.

óbvio, das praias arenosas sem arribas, prolonga-se pelas costas rochosas da Galiza e do Norte da Península e persiste até tarde, graças ao isolamento desta área.

Em parte contemporâneos dela, os «concheiros» mesolíticos de Muge, no baixo vale do Tejo, formam um dos mais importantes sítios pré-históricos de Portugal. Montículos acumulados à beira das povoações, que serviam ao mesmo tempo de necrópole e vasadouro, neles se encontram, além dos «restos de cozinha» constituídos por cascas de mariscos, ossos de animais, cinzas e pedaços de carvão, minúsculos instrumentos de pedra e esqueletos humanos em grande abundância.

Pretendeu-se ver, tanto no material como no tipo antropológico dominante, uma forte infusão de sangue africano, mesmo «negróide», opinião que não é geralmente aceite. Menos aceitável é ainda que os homens de Muge constituam o tronco da população portuguesa. Em todo o caso, as lâminas de sílex de dimensões pequenas e forma trapezoidal, que vão reaparecer nos espólios das antas primitivas, mostram que alguns elementos culturais neolíticos se filiam nos pobres colectores de mariscos das margens do Tejo.

O Neolítico corresponde a uma das grandes «mutações culturais» da humanidade. A população desta época é semelhante, no aspecto físico, à actual. Quer dizer que o substrato étnico se encontrava já constituído e que as invasões posteriores são antes contactos de civilização do que migrações em massa capazes de produzir consideráveis infusões de sangue novo. O talho e o polimento do sílex vão chegar a uma grande perfeição, dando-se às pontas e lâminas uso semelhante ao que hoje se dá ao metal. Se essa indústria era indígena, ela perdera todos os caracteres de rudeza e de arcaísmo indicados para as anteriores; se era importada, como pensam modernamente alguns autores, existia um comércio distante e organizado, um requinte de gosto e uma grande procura, pois os instrumentos aparecem em quantidade e, com eles, pedras de colares, de vária proveniência, que não deixam dúvidas sobre a existência duma circulação abundante de produtos finos e apreciados.

No final do período neolítico começa a utilizar-se escassamente o mais maleável dos metais, o cobre, que não é raro no estado nativo, imitando-se com ele as formas das lâminas de sílex. A terra era certamente arroteada e a agricultura fixara os homens. A prova está na abundância e na variedade da cerâmica, que a sua fragilidade torna incompatível com a vida nómada. A sociedade estava organizada, os homens trabalhavam em grupos, obedecendo a chefes. Os mortos, pelo menos os das classes

superiores, recebiam sepultura adequada e não eram abandonados, como nos «concheiros» mesolíticos, juntamente com os desperdícios da vida quotidiana.

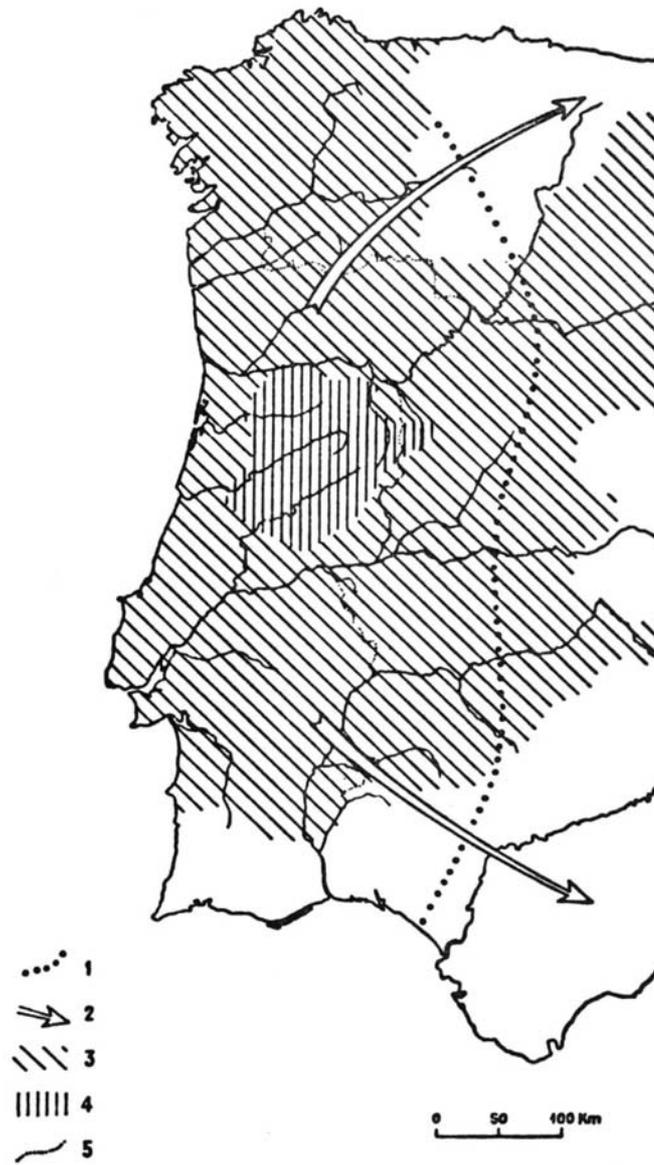
No período calcolítico (final e apogeu da Idade da Pedra polida, caracterizado pelo uso concomitante da pedra e dos primeiros utensílios de cobre) pareceu possível individualizar na Península quatro civilizações independentes e dotadas de expressão própria (Bosch Gimpera). Três delas têm como área respectivamente os Pirenéus, o Levante e a Meseta; a outra estende-se por Portugal, Galiza e seus confins não castelhanos. Alguns autores não resistiram à tentação de pretender ver, individualizados desde esta época, os três grandes conjuntos humanos peninsulares, a que correspondem os grupos linguísticos galego-português, castelhano e catalão. A separação de Portugal e a tenaz resistência da Galiza e da Catalunha à hegemonia castelhana teriam assim uma raiz muito profunda.

Duas objecções se podem fazer a estas aventurosas conjecturas: todas as vicissitudes que decorrem até ao estado linguístico da Península nos séculos X e XI (de que parecem datar os seus grandes grupos) e a persistência dos bascos, tão individualizados pela língua e pelos costumes, numa área onde os monumentos megalíticos têm muito elevada densidade, sem que os traços da sua vigorosa originalidade cultural se encontrem no Ocidente. As antas aliás penetraram, pelos Pirenéus, até à Catalunha.

A civilização megalítica é própria das áreas de rochas consistentes e não poderia expandir-se pelas bacias terciárias do interior da Península, onde mais tarde irá florescer a arte do barro (fig. 1). Esta posição periférica e a ausência de relações aparentes com aquele interior sugerem antes uma difusão ao longo de litorais do que migrações importantes pelos caminhos terrestres.

Os elementos essenciais da civilização megalítica são: antas ou *dólmens* e, no espólio interior dos que não foram violados, placas de lousa de forma trapezoidal (*chapões*), cilindros e machados de calcário, placas de lousa em forma de báculo. A interpretação de alguns permanece obscura. O gosto da ornamentação é visível nos três últimos, assim como na cerâmica. Mas a arte afasta-se de qualquer realismo, para multiplicar indefinidamente os motivos geométricos. A feliz reconstituição de algumas séries permite filiar os *chapões* numa representação da figura humana (rudimentos de braços e pernas, olhos, nariz, etc.) e os báculos em figurações do machado preso a um cabo por múltiplas voltas de fibras

Fig. 1 — PERÍODO PRÉ-ROMANO



1. Limite oriental da área da civilização megalítica
 2. Expansão dos seus elementos culturais
 3. Área de domínio dos celtas
 4. Solar dos lusitanos
 5. Fronteira de Portugal.
- (Segundo Luís Pericot e P. Bosch Gimpera, extraído de O. Ribeiro, Portugal, Barcelona, 1955)

vegetais. Tomava-se como símbolo de poder ou prestava-se culto a este útil instrumento, difundido talvez na altura em que ensaiavam as suas primeiras reproduções em metal? ⁴.

As antas eram consagradas apenas à sepultura. Algumas lajes levantadas (*esteios*), cobertas por outra (*chapéu*), fechavam o recinto funerário, e a construção era coberta por um montículo de pedras e terra (*mamoá*). Muitas permanecerão ainda ocultas e intactas, outras foram destruídas ou violadas, pelo menos desde a época romana, pelos que sonham com tesouros escondidos. O povo atribui-lhes significação mágica ou religiosa (há antas transformadas em capelas) e relaciona-as com os mouros, como tudo o que é antigo e de que não se sabe a idade (*anta, arca, orca, casa ou cova da moura*, etc.).

As antas encontram-se no geral associadas, constituindo necrópoles que, nas montanhas do Noroeste, alcançam os limites do povoamento actual. Estas construções repartem-se ao longo das costas mediterrâneas, sem penetrarem muito no interior, na fachada atlântica da Península, e nos litorais da Europa do Noroeste, da Bretanha ao sul da Escandinávia, compreendendo a Grã-Bretanha e a Irlanda.

Os espólios das antas peninsulares mostram relações distantes, por um lado com o Oriente clássico, por outro com a Bretanha, o País de Gales e a Irlanda, estabelecidas por meio da navegação. A Península parece ter constituído então, com os seus grandes monumentos de pedra e com a elegante cerâmica chamada de vaso «campaniforme», um importante foco de irradiação cultural. O significado destes factos permanece envolto numa penumbra de hipóteses. Criações independentes ou resultado de contactos culturais com o Oriente, as antas parecem ter, em todo o caso, no Oeste peninsular um dos seus lugares de origem

É possível seriar aí uma linha de evolução que vai do simples recinto fechado pelos esteios às grandes construções providas duma galeria de acesso, mais baixa e também coberta; esta evolução prossegue até às criptas de falsa cúpula do Algarve e do Levante. Nos mais elementares

⁴ A excelente tese de Vítor de Oliveira Jorge sobre o Megalitismo do Norte de Portugal, também apenas policopiada, mostra que espólio das suas antas é muito pobre: desenha-se assim já o contraste Norte Sul em que tanto se insistiu no presente estudo. Também apenas no Sul se têm encontrado *menhirs* fálcos e *cromlechs* («pedras talhas»). Atrevo-me a aproximar o *menhir* de Alqueva, no centro de um círculo de pedras arredondadas, das «Damas de Cogul» do Levante espanhol, do Paleolítico superior, onde figuras femininas estilizadas efectuam uma dança da fecundidade em torno de um feiticeiro emplumado com o símbolo exagerado da procriação (1986).

rareia a cerâmica e encontram-se, a par de poucos objectos de pedra polida, ainda os pequenos sílices trapezoidais filiados na indústria dos «concheiros»: eles parecem, portanto, não só primitivos na estrutura, mas realmente antigos no espólio. Recorre-se, pela primeira vez na fachada atlântica da Península, ao emprego da pedra em larga escala, que será um dos elementos mais importantes e permanentes da fisionomia cultural da região.

Seria exagerado procurar na «civilização megalítica ocidental» a génese da nacionalidade portuguesa (a sistematização de Bosch Gimpera tem sido a pouco e pouco abandonada); mas é lícito filiar nesta primeira manifestação da individualidade «humana» do território a continuidade dum elemento de diferenciação que, por mais de uma vez, voltará a actuar. A partir desta primordial unidade do Ocidente, será possível encontrar umas vezes o seu reforço, outras, pelo contrário, a vigorosa oposição entre o Norte e o Sul, que tanto domina aspectos fundamentais do território de Portugal como as influências de civilização que nele irão increver-se. Entre a unidade cultural do Ocidente e a formação do Estado português decorre um lapso de uns quatro milénios — que é bom ter em conta para vincar o carácter precário e aventureiro (embora sugestivo) destas aproximações.

O arcaísmo dos castros

Ao esplendor fugaz da civilização megalítica vai suceder a rudeza arcaizante dos *castros*, especialmente numerosos no Norte, onde o relevo multiplica os sítios defensivos e reforça o isolamento.

Os castros eram povoações rodeadas de muros de pedra solta, alcandoradas no cimo de montes; as casas, também de pedra solta, eram redondas (em grande número), rectangulares ou oblongas, cobertas de giestas ou de colmo, e dispunham-se formando grupos ou arruamentos, guardando sempre entre si proximidade e coesão. O recinto fortificado, às vezes duplo ou triplo, abrange um espaço vazio onde se poderiam fazer culturas ou recolher os gados em caso de guerra. As dimensões destes povoados eram variáveis: uns conteriam centos ou até milhares de habitantes, outros seriam comparáveis aos modestos «lugares» das montanhas do Noroeste. Em todo o caso, e sem embargo de abrigos dispersos pelos vales e planícies, utilizados temporariamente por pastores e cultivadores, representam uma forma de povoamento fortemente

concentrado, determinado tanto pela natureza do assento como pela função defensiva.

Certos castros ascendem ao Neolítico, outros foram romanizados e muitos mantiveram-se ininterruptamente povoados durante dois ou três milénios, conservando, no seu espólio, a marca de várias influências de civilização. Alguns constituem o casco de povoações actuais, entre elas cidades importantes. Tão numerosos nos cabeços do Noroeste e da Galiza, mostram que aí se encontrava constituído um grande foco de densidade humana, persistente até hoje.

Os limites do povoamento em altitude, como para as antas, coincidem *grosso modo* com os actuais. Encontram-se ruínas de tipo castrejo na Galiza, nas Astúrias e em todo o Portugal, embora raras e esporádicas no Sul; mas é necessário distinguir os simples sítios de *oppida*, preferidos por vários povos mediterrâneos, do conjunto da civilização «castreja», especialmente representada nas montanhas ao norte da linha do Mondego - Cordilheira Central, barreira de vários fenómenos naturais que pela primeira vez se vê funcionar como um importante limite cultural.

Os caracteres originais desta civilização consistem na importância da pedra como material de construção, no emprego de um aparelho grosseiro ou regular e no arcaísmo dos seus objectos. A cerâmica incisa reproduz, sem a finura inicial, os modelos neolíticos até à Idade do Ferro. O bronze, apesar de se ter difundido largamente nas planuras meridionais, não chegou a penetrar em muitos castros.

Até à principal invasão celta (século VI a. C.), que generalizou tardiamente o uso daquele metal, os «castrejos», apartados no isolamento das suas pobres montanhas, mantêm as formas frustes duma civilização arcaica. Praticando uma economia pastoril com culturas episódicas, a eles ascenderão certos traços de colectivismo, certamente mais vincados do que a posse individual da terra, a hierarquia social e as desigualdades de fortuna que ela introduz.

Nos alvares da História

No estado actual da investigação é impossível discernir o contributo dos lígures e dos celtas para esta civilização. Os primeiros, lembrados escassamente na toponímia que documenta as suas migrações, confundem-se num antigo e incerto substrato rural mediterrâneo, que parece corresponder a um nível social e económico superior; os celtas

possuíam uma civilização agrária elaborada na Europa média, diferente mas não inferior à mediterrânea; fixaram-se ao norte do Douro, eram numerosos no Alentejo e deixaram abundantes vestígios em nomes de lugares, de pessoas e de deuses, colorindo talvez o ocidentalismo da civilização castreja de mais um elemento de diferenciação. Povo de *finisterras*, que só o mar detém nas suas migrações, ocupam, como a civilização megalítica, os promontórios e fachadas atlânticas da Europa. Certas aproximações entre a fisionomia espiritual do Noroeste da Península e dos actuais redutos de falares célticos nunca foram investigadas sistematicamente nem enunciadas de maneira precisa.

Fenícios, gregos e cartagineses, vindos por mar, estabeleceram feitorias no litoral, onde entabularam relações com os indígenas, exploraram ou incrementaram a exploração das riquezas minerais e trocaram pelos seus artefactos as matérias-primas locais. No Mediterrâneo, na Andaluzia atlântica e no Algarve, a sua acção estendeu-se mais ou menos para o interior; mas não parece terem exercido directamente, na composição ou na maneira de viver das populações do Norte, apreciável influência.

Os iberos, que deram o nome à Península, representavam nela um elemento muito importante. Admite-se geralmente a sua origem africana e o parentesco étnico com os berberes, pressentido há muito por vários autores. Sofreram por certo profundas influências culturais da África do Norte e da colonização grega; mas, ocupando na Península, a partir da Andaluzia e do Levante, área cada vez mais extensa, assimilaram também muito das civilizações indígenas e aparecem, nos alvares da História, bastante diferenciados na maneira de viver. Por um lado, tribos sem coesão política, habitando povoações fortificadas, em lutas permanentes, praticando uma economia onde o pastoreio primava sobre a agricultura, possuindo uma cultura rústica e arcaizante; por outro, desenvolvendo, nas terras férteis da depressão bética, uma civilização agrária bem assente no solo, com uma cidade magnífica (Tartessos), explorações mineiras, frota mercante, monarquia estável, nobreza rica que vivia do trabalho das classes populares.

A Lusitânia pré-romana

«A norte do Tejo estende-se a Lusitânia, habitada pela mais poderosa das nações ibéricas e a que entre todas por mais tempo deteve as armas

romanas.» (Estrabão). Segundo as descrições dos autores clássicos, o estilo de vida dos lusitanos, e dos galaicos ao norte do Douro, aparentados com eles na rudeza e na bravura, entra no quadro da civilização castreja da Idade do Ferro.

No isolamento das suas serranias e vales profundos, pouco devem ao convívio mediterrâneo e quase nada ao mar, a que voltaram costas. A sua economia é uma economia de montanhese, que em larga parte supre as deficiências de uma agricultura irregular com os produtos dos rebanhos, dos bosques ou das depredações em lugares chãos e férteis. Alimentavam-se de carne de cabra e faziam pão de lande, e não de cereais; usavam manteiga em vez de azeite, bebiam água e uma espécie de cerveja de cevada e tinham o vinho como coisa rara, apenas usada nos festins. A castanha desempenhava também, certamente, papel importante na alimentação.

Os lusitanos eram sóbrios e dormiam no chão ou em cima de palha, cobrindo-se, como os pastores serranos, de um inseparável manto de lã. Por várias vezes cobiçaram e saquearam a região dos turdetanos, nas margens do Guadalquivir, e outros lugares férteis da Bética, habitados por povos dados às artes pacíficas da agricultura. Estas guerras entram no quadro dos conflitos criados na oposição dos modos de vida, e Viriato, pastor e salteador da montanha, adquire o valor de um símbolo. O seu casamento com a filha do rico Astolpas representa a aliança entre os pacíficos agricultores da planície e os pobres guerrilheiros serranos, a quem aqueles, sob a ameaça das armas romanas, pagam a defesa das pessoas e dos bens.

A romanização penetrou tarde e a medo neste mundo estranho, depois de século e meio de lutas ferozes e de cruéis derrotas. Sem embargo, ainda hoje não há no Sul nada de comparável à rudeza primitiva de algumas povoações perdidas nas serranias setentrionais, com suas casas apinhadas, de pedra solta, como nos redutos castrejos, cobertas de lousa ou colmo, sem qualquer reboco ou caiação que esconda o aparelho tosco dos blocos de granito ou xisto. Tudo leva a pensar que as invasões e transformações históricas não alteraram sensivelmente nem a composição nem a maneira de viver da gente que se abriga detrás dos seus pobres muros.

Apartados pela rudeza das montanhas, pela fundura dos vales, pelo impraticável dos caminhos, aqui viverão ainda os descendentes da mais remota estirpe nacional. De facto, o contraste entre os relevos retalhados do Norte e os monótonos plainos meridionais condiciona duas vocações

humanas. De um lado, o isolamento e o localismo de uma população densa, ensimesmada e esparsa, onde apenas se inscreve uma forte acção histórica — a romana; do outro, caminhos fáceis e abertos, gente pouco numerosa em grandes núcleos afastados, que cedo tendem a tomar feição urbana. Foi sempre aqui a larga porta de entrada de todas as influências culturais mediterrâneas: colonização fenícia, cartaginesa e grega, reflexo da brilhante civilização de Tartessos, ocupação romana e árabe, que ambas caminharam do sul para o norte e no Sul deixaram um vinco mais profundo. Aí estão as ruínas das principais cidades e monumentos romanos e tiveram assento as povoações muçulmanas mais ricas e prestigiosas.

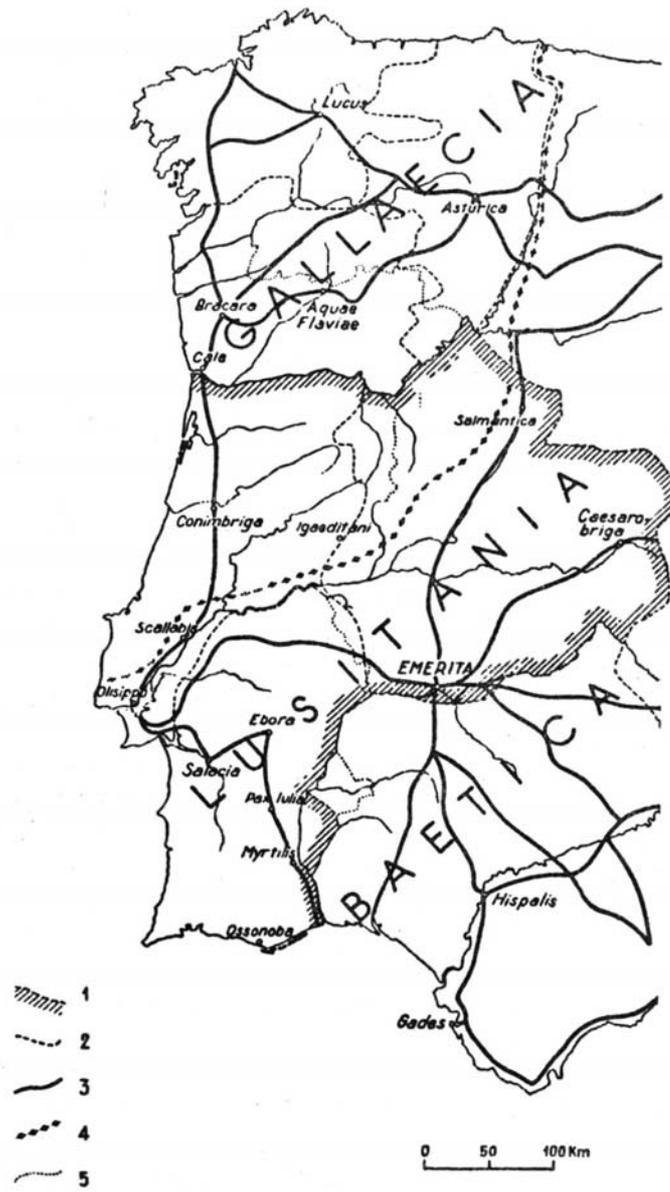
A romanização

A romanização manifestou-se em todo o território português por uma profunda transformação das paisagens e modos de viver. Persistiram alguns castros, insinuando-se no seu arcaísmo influências da nova civilização; mas a maior parte foi abandonada depois da derrota da sua população, que os romanos preferiram atrair às baixas, afastando das suas vias o perigo que constituíam estes lugares fortificados, tão propícios ao ataque como fáceis de defender.

No sopé de muitas colinas, aos castros sucederam as *villas rusticas* (quintas), que por sua vez, foram o germe de povoações maiores. A telha substituiu, na cobertura das casas, o colmo, a lousa ou o barro, e o ladrilho o chão de terra batida. A economia de montanha, com episódicas culturas de cereais nas encostas e larga utilização de produtos dos bosques, cedeu lugar ao aproveitamento intensivo dos melhores solos da planura e do vale, com emprego regular do arado de madeira, de tipo mediterrâneo, que ainda se usa, a par dum tipo local primitivo e doutro trazido da Europa média com a invasão sueva. Se não se introduziram plantas novas, desenvolveu-se o cultivo do trigo, da vinha, da oliveira, das árvores de fruto — especialmente no Sul. Fixaram-se, pelas necessidades da tributação, os limites das unidades agrárias, que atravessam a alta Idade Média, fraccionando-se apenas interiormente, para virem a formar ainda os quadros das freguesias da Reconquista.

Unindo as principais cidades, traçou-se uma rede de vias calcetadas e providas de marcos miliários, transformadas com o tempo em «caminhos velhos», com troços ainda bem conservados que serviram até à

Fig. 2 — PERÍODO ROMANO



1. Limites da Lusitânia romana
 2. Limites dos *conventi*
 3. Vias principais
 4. Limite aproximado do reino dos suevos
 5. Fronteiras de Portugal
- (Extraído de O. Ribeiro, Portugal, Barcelona, 1955)

construção das estradas de macadame, que muitas vezes seguem o mesmo traçado (fig. 2). Surgiram indústrias — olarias, forjas, pedreiras, minas, salgas de peixe, tecelagem doméstica —, umas novas, outras renovadas. E, como consequência destes moldes de uma produção regular, animou-se o trânsito, circulou a moeda, estabeleceram-se lugares de câmbio habitual. E, sobretudo, o latim substituiu os velhos falares indígenas, facilitando o convívio das diferentes populações ibéricas. Muitas povoações, antigas pelo nome ou pelos fundamentos, só então se transformaram em verdadeiras «cidades». Outras foram criadas ou remodeladas, em obediência a cânones urbanos seguidos em toda a extensão do mundo romano.

Mas o território português permaneceu sempre na orla dos grandes focos de irradiação cultural da Península. A Lusitânia, estendendo-se muito para o oriente, teve apenas apagada vida litoral. Basta dizer que Mérida, sua capital e principal cidade, fica a mais de 200 km do mar; e nada no porto de *Olisippo* (Lisboa), considerada embora como a segunda, se pode comparar à importância da sua população ou ao número e esplendor dos seus monumentos.

As divisões administrativas romanas (*conventi*) parece terem tido em conta anteriores limites étnicos, a que se ajustariam, e, por sua vez, supõe-se que possam também ter influenciado a fixação do traçado da fronteira do Estado português (T. de Sousa Soares). Em todo o caso, a Galécia e a Lusitânia separavam áreas com grandes afinidades e esta última ultrapassara muito, para o interior, a fachada atlântica de estilo «português».

«Como época do apogeu da civilização lusitano-romana poderá marcar-se, pelo menos para o Sul, o século II: é de então o templo romano de Évora, e a lei de Adriano dada ao *metallum Vipascense* (mina de Aljustrel); dos fins do século I ou começos do II é a inscrição metrificada de *Pax Iulia* (Beja) e duas estátuas marmóreas de *Myrtilis* (Mértola). Digo pelo menos para o Sul, porque o Norte e certos territórios do Centro, por várias circunstâncias, algumas das quais já Estrabão indicou, e que em parte ainda existem hoje, foram mais lentos do que o Sul em receberem o jugo e influxo romanos, perdurando aí os elementos nacionais pelos séculos fora. A avaliar do que se conhece, não há por exemplo, nada a norte do Douro que se compare ao luxo das termas de Milreu, às esculturas de Beja e Mértola, ao já citado templo de Évora, aos lindos espólios funerários do Algarve, do Alentejo e da Estremadura, ao esplendor do santuário de Endovélico, perto de Terena. Por outro lado, só

ao sul do Tejo houve cidades que cunhassem moeda; só na riba direita deste rio, e entre ele e o Guadiana, o gosto dos habitantes se comprouve de representações cénicas e de jogos circenses; nas inscrições meridionais lêem-se menos nomes bárbaros do que nas setentrionais e nas da Beira; das margens do Sado era, ao que se crê, o escritor Cornélio Boccho. Ainda assim, ninguém se iluda com o que digo. Posto que a acção dos romanos se estendesse tanto, que quase não se anda uma légua em Portugal sem que transpareçam indícios dela — ruínas, cerâmica, moedas... —, a Lusitânia, principalmente a portuguesa, é dos países onde, com uma ou outra notável excepção, a civilização romana deixou monumentos menos aparatosos e de menor importância.» (Leite de Vasconcellos)⁵.

É ainda nas planuras do Sul que se encontra a representação mais próxima do sistema agrário romano: a herdade alentejana corresponde ao latifúndio e o seu *monte* à *villa rustica*, com a mesma variedade de construções, a opulência de algumas casas senhoriais, a numerosa clientela de trabalhadores e até, nalgumas explorações mais tradicionais, a combinação, vulgar na Antiguidade, da seara, olival, vinha e pasto. Às vezes a lavoura desenterra ruínas daquele tempo.

A invasão muçulmana, por ser mais recente, sobrepôs-se aos vestígios anteriores e contribuiu para que se desenhasse um contraste entre um Portugal mourisco, meridional, e um Portugal românico, setentrional. Românico, não porque o cunho romano aí tivesse sido mais impresso, mas porque o fugaz domínio árabe menos se faz sentir.

As invasões germânicas

As invasões germânicas correspondem a um importante episódio político e militar que não trouxe nenhuma alteração considerável ao estilo de vida das populações peninsulares. Os bárbaros eram pouco numerosos e haviam sofrido já o influxo da civilização romana, cujos moldes essenciais passarão a adoptar. A organização da monarquia visigótica é apoiada nas cidades, caminhos e grande parte das instituições do Império romano.

⁵ O assunto tratado com mão de Mestre por este autor e retomado por Vergílio Correia, foi renovado com vigor e mais ampla documentação no excelente Portugal Romano de Jorge de Alacão (várias edições a partir de 1973).

Preferindo viver no campo, não há memória de nenhuma povoação fundada pelos bárbaros no Ocidente; pelo contrário, esta época representa provavelmente uma regressão na vida urbana, como indicam as muralhas de Lisboa, que deixaram fora do seu perímetro porções da cidade romana. A própria língua estava a ponto de se perder, e cedo foi trocada pela latina nas classes superiores, continuando apenas o povo a servir-se dela. Do gótico passaram ao português uns 40 vocábulos e destes cerca de um quarto por intermédio do latim. Contribuição insignificante comparada com as palavras de origem árabe, que formam quase um décimo da língua corrente.

Os suevos constituem, no conjunto dos povos germânicos, um caso especial. Fundaram um reino no Ocidente, das margens do Tejo ao Cantábrico, cuja área corresponde à da Lusitânia e Galécia pré-romanas, que é também a da civilização castreja. «Estes povos invasores, que atravessaram o Reno em 406, quando se fixaram na Península deviam conservar intactas as suas técnicas agrárias, assim como vivos os usos e costumes, visto só medirem cinco anos entre o abandono das terras germânicas e a fixação no nosso território.» (Jorge Dias).

Nesta unidade étnica, e na coincidência da área do reino suevo com o Condado Portucalense, quis ver-se uma prefiguração do Portugal da Reconquista. Mas ela não será antes a revivescência, vasada em moldes anteriores, da individualidade do Ocidente, obscuramente conservada sob a uniformidade da administração romana? Em todo o caso, o importante foco de densidade humana que se vislumbra através das ruínas castrejas manifesta-se pela constituição precoce das suas paróquias cristãs. «No fim do século VI a região compreendida entre o Douro e o Minho é a mais desenvolvida, a melhor organizada, de todo o Noroeste da Península.» (Pierre David). Braga, a cidade mais importante da Gallaecia, foi capital do reino dos suevos e Portucale (Porto) a sua primeira praça-forte. Nos distritos destas duas cidades, a maior densidade de nomes de lugares de origem germânica mostra que aí se consolidara o núcleo deste fugaz Estado, absorvido pela unificação da monarquia visigótica sem que a individualidade se apagasse totalmente da região onde teve assento.

Alguns traços da vida pastoril e dos usos comunitários que no Norte lhe andam associados parecem poder filiar-se «na cultura dos povos pastores e ganadeiros indo-europeus» (Jorge Dias), mas é impossível discriminar a contribuição dos bárbaros da de invasões pré-romanas. De provável temos apenas a introdução do «arado quadrangular», trazido pelos suevos, instrumento potente e muitas vezes provido de rodas,

semelhante às «charruas» usadas nos solos profundos das planuras da Europa média, do espigueiro, que terá o maior incremento com a introdução do milho de origem americana, mas servia já para a guarda doutros milhos de Verão, e do centeio, o único cereal importante que o Mediterrâneo recebeu da Europa média.

A herança dos mouros

Os muçulmanos trouxeram, em especial para a civilização do Sul do País, onde dominaram de quatro a cinco séculos, um contributo de importância comparável ao dos romanos. Com os árabes vieram, e em muito maior número que eles, populações de todo o Norte de África, conjunto designado genericamente por *mouros*: entre aquelas, os berberes representavam o elemento principal. Atravessando o estreito, fixando-se de preferência nas regiões meridionais, não encontraram, na sua nova pátria, nem uma terra estranha nem uma gente diferente. De tal forma que, no paralelismo de modos de vida do «Algarve» e do «Magrebe», é impossível destrinçar com segurança o que se deve à invasão muçulmana de um fundo anterior comum.

O território português viveu sempre na periferia do mundo árabe e longe dos grandes centros de irradiação cultural do Sul da Península. Quando se quebrou a unidade política do califado, os reinos de *taifa* que aqui se constituíram foram, salvo o de Badajoz (que estendeu o seu domínio até Lisboa), pouco importantes, pequenos e efémeros. Faltam por isso em Portugal os grandes monumentos, e apenas no traçado tortuoso das ruelas e becos de algumas cidades do Sul, e nas muralhas e castelos que as defendiam, se encontram vestígios materiais da dominação muçulmana. A igreja matriz de Mértola conserva a estrutura e alguns traços da única mesquita que se conhece.

Contudo, a marca desta época foi profunda na vida rural. Os mouros reforçaram o tom mediterrâneo que os romanos haviam começado a imprimir à agricultura. Introduziram plantas: o limoeiro, a laranjeira azeda e porventura já uma variedade doce, provavelmente o arroz; desenvolveram a cultura da oliveira, como se vê do nome que deixaram à colheita (*saфра*), ao fruto (*azeitona*) e ao óleo extraído dele (*azeite*); a alfarrobeira, que parece ser árvore antiga e espontânea, deve-lhes muito da sua difusão. Plantaram grandes pomares, sendo afamados os do Algarve e dos arredores de Évora, os figos e uvas daquela província, as

maças enormes de Sintra; e, sobretudo, com o desenvolvimento do regadio, de que por certo aproveitaram alguns ensinamentos peninsulares e melhoramentos introduzidos na época romana, criaram, no âmbito das principais cidades, nova forma de exploração intensiva e minuciosa. Com pequena diferença nos produtos cultivados, algumas *hortas* dos arredores de Silves, Faro, Setúbal ou Lisboa repetem, com as noras, canais de rega, talhões de legumes e de pomar, as práticas do tempo dos mouros.

Esta influência sobreviveu à Reconquista, por meio dos cristãos arabizados ou moçárabes, que tão importante papel tiveram na região de Coimbra, por exemplo, onde um deles chegou a governar territórios cristãos, ou dos mouros que se submeteram e permaneceram nos lugares, cultivando a terra e exercendo pequenos mesteres.

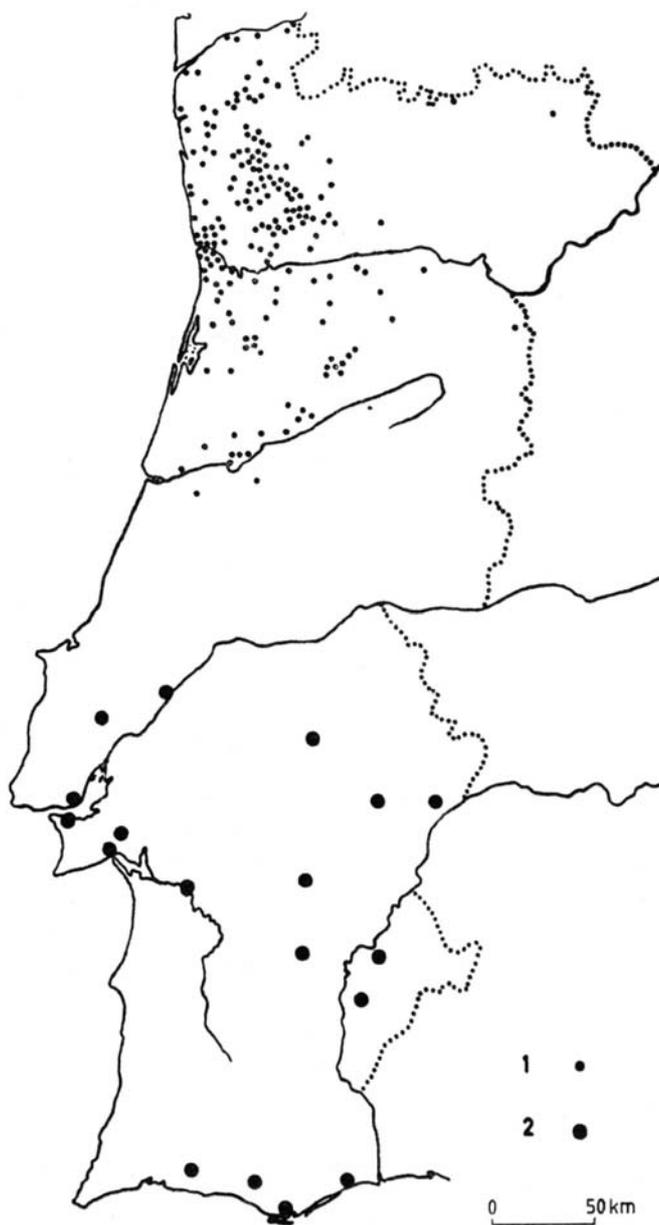
Os *mouros forros* ou livres das cidades do Sul receberam foral depois da conquista delas; os seus descendentes eram tão numerosos que formavam, no século XV, um arrabalde semi-rural, à sombra dos muros de Lisboa. Algumas cidades e vilas conservam, no nome ou na planta, a lembrança destas *mourarias*. Há notícia histórica de umas vinte, todas ao sul do Tejo ou próximo dele (fig. 3). É ainda um nome de origem árabe, *salio* (habitante do campo por oposição à cidade), que designa o agricultor minucioso e rotineiro do termo da capital.

Ao sul do Douro, especialmente numerosos na Estremadura e no Algarve, muitas dezenas de nomes de povoações, de rios, de sítios ou de propriedades são de origem árabe ou arabizados, tomados de particularidades locais, da vida corrente e de nomes de pessoas que aí habitaram.

À língua portuguesa passaram cerca de 600 vocábulos árabes, dois terços de uso comum, que nela constituem a maior contribuição não românica. Palavras relativas principalmente à vida do campo e ao pastoreio, nomes de plantas, de frutos, de utensílios e práticas agrárias e de dispositivos para utilizar a água; mas também nomes de pesos e medidas, de aprestos de embarcações, referentes aos transportes e à organização da sociedade, à construção das casas, às refeições e à vida doméstica. Elas mostram como foi intensa e profunda a acção de um povo que, na orla do deserto, aprendeu a vencer a escassez de chuvas com a escolha de plantas apropriadas e um engenhoso aproveitamento de águas.

Esta influência não se estendeu uniformemente a todo o território. Sob o influxo do clima atlântico e das primeiras vitórias cristãs, as serras e vales setentrionais quase não chegaram a conhecê-la. Não se encontraram ao norte do Douro nenhuns vestígios materiais da presença

Fig. 3 — MOSTEIROS E MOURARIAS



1. Mosteiros do Norte, anteriores ao séc. XIII (para o sul a documentação é muito insuficiente, excepto para o mosteiro de Alcobaça, incluso na figura 6-II)
 2. Mourarias
- (Elementos de J. Leite de Vasconcellos e M. Viegas Guerreiro)

dos mouros e são reduzidos os nomes de lugares de origem árabe. O próprio vocabulário comum se serve de palavras românicas para designar objectos, medidas, operações agrícolas que no Sul se exprimem por vozes arábicas. Em Trás-os-Montes diz-se *segada* e *decrua* (lavoura anterior à sementeira), no Alentejo, *ceifa* e *alqueive*; no Norte chama-se *rasa*, *libra*, *cântaro* às medidas que no Sul se designam por *alqueire*, dois *arráteis*, meio *almude*; ali diz-se *caleira* (cano para escoar a água dos telhados), *copos*, aqui *algeroz*, *alcatruz*; a um caminho apertado entre muros ou sebes chama-se *quelha* no Norte, *azinhaga* no Sul. Uma pesquisa sistemática mostrou o emprego de umas quinze palavras arábicas no Sul, a que correspondem, no Norte, palavras românicas (ou mais antigas) e mais de um cento de «pares» destas duas origens, que indicam uma incorporação tardia na língua de palavras vindas por três caminhos: moçárabes, mouros e contacto com os Lugares de Além, as feitorias muçulmanas de Arguim e na África negra até ao golfo da Guiné, do Oceano Índico, dos Rios de Sena (Quelimane) a Malaca. A existência de moçárabes está documentada do século VIII ao século XIII e do Minho ao Algarve; o rasto de muçulmanos só se perde definitivamente no começo do século XVII. Assim, a história não fez mais do que reforçar um contraste natural que em parte também a condiciona.

Os elementos fundamentais de uma civilização especificamente «indígena» encontraram, no isolamento dos planaltos retalhados, dos vales profundos e das serras elevadas do Norte, condições de desenvolvimento ou de conservação: persistência de elementos culturais megalíticos, arcaísmo da civilização castreja e da Lusitânia tradicional, de que muitos traços chegaram à alta Idade Média e alguns até nós. É aí também que, por influência de migrações indo-europeias (celtas e germanos, especialmente suevos), as afinidades com a Europa média, marcadas no clima e na floresta de folhas caducas, e na decorrente economia rural e pastoril, recebem uma contribuição «nortenha», que, embora mal conhecida, não é lícito menosprezar. O Sul, pelo contrário, abre-se amplamente ao contacto do Mediterrâneo: com o Verão quente, seco e duradouro, entram, em vagas sucessivas, as influências históricas mais penetrantes, fecundas e perduráveis.

A Reconquista ao norte do Mondego

O aparecimento de um Estado no Ocidente da Península, nos meados do século XII, não constitui caso insólito no desmembramento da Europa

feudal. A Reconquista peninsular progrediu fragmentando-se e a aglutinação dos diferentes corpos políticos a que deu origem em torno do bloco central resultou de um processo histórico de sete séculos. Só o Estado português resistiu eficazmente a esta unificação. Se o seu aparecimento resultasse apenas da «aventura» de um príncipe ambicioso, ele teria talvez seguido o caminho de outras efémeras criações políticas.

Não é somente a gênese, mas o desenvolvimento e a persistência de uma nacionalidade, que é lícito pretender explicar para além dos «acazos» da história. O nexo entre a tradição cultural do Ocidente e o Estado português implica a continuidade das populações, pelo menos na região que lhe serviu de núcleo, durante a Reconquista. É justamente essa continuidade que alguns historiadores pretendem negar, fundando-se no testemunho explícito das mais antigas crónicas: Afonso I das Astúrias, ao levar até ao Douro as armas vitoriosas (751-754), «ermou» as terras que conquistara, mandando passar à espada os mouros e trazendo consigo os cristãos. É impossível tomar ao pé da letra estas memórias. Um conjunto de factos permite pensar que, a despeito das ruínas e assolações que padeceram as povoações maiores, muita gente teria permanecido nos mesmos lugares, fugindo para as serras, onde os bosques de castanheiros e de cupulíferas (azinheiras, carvalhos) lhe proporcionaram, ao mesmo tempo, refúgio e subsistência, para voltar às suas glebas quando passava a fúria devastadora dos exércitos cristãos vitoriosos.

As mesmas tintas sombrias com que se esboça o quadro das primeiras expedições militares das Astúrias haviam servido para pintar as calamidades da invasão árabe: gente fugindo ao longo das costas, para ermos e matagais, abrigando-se no recôncavo das penedias ou sucumbindo em massa aos massacres dos muçulmanos.

Há uma contradição evidente entre documentos que narram factos passados com quarenta anos de intervalo. Os árabes limitaram-se a lançar tributos e a deixar guarnições nas cidades principais: que a população indígena permaneceu, submetendo-se, prova-o a própria existência dos cristãos que o rei das Astúrias teria levado com ele depois das suas vitoriosas expedições. *Desertus et incultus locus, vastitas eremi, trahere terras ex eremo*, a que fazem referência os diplomas, deve entender-se como uma expressão retórica aplicada aos lugares sem «senhor», isto é, sem organização administrativa.

Os documentos desde o século IX, concernentes à área de entre Minho e Mondego, dão, a quem esteja familiarizado com a vida rural, a imagem de uma terra ocupada de longa data. A gente guardava lembrança

dos limites das propriedades, e estas estavam providas de nomes, a maioria de origem antiga; sabiam-se os fundadores de igrejas e capelas, continuando a prestar-se culto aos santos padroeiros mais em voga antes destas grandes convulsões.

A organização eclesiástica ascende ao tempo de suevos e visigodos e, quando se delimitam os territórios das cidades «restauradas», é ainda nos antigos bispados que elas em parte se apoiam. Inúmeros actos públicos, de compra, venda, doação, contestações de posse, mostram que, nos sítios mais férteis, uma população de trabalhadores continuara a labutar. Até a apropriação de glebas abandonadas pelos seus donos, com consentimento do soberano (*presúria*), indica que nelas se encontravam às vezes os gados, os servos e todos os cómodos de uma lavoura que seguira a rotina de trabalho. Os novos senhores apenas introduzem na toponímia uma alteração profunda, impondo os seus nomes germânicos às *villas* de que se apossavam, querendo simbolizar, com a substituição dos nomes antigos, que as fundavam novamente. São os «nomes de presúria», vulgares na Galiza e no Norte de Portugal e diminuindo progressivamente até ao Mondego.

Em vez de latifúndios talhados à larga na terra erma, os ricos de então possuíam, dispersos por todo o Noroeste, muitas leiras e cortinhas (quintais murados) e quinhões em *villas* de vários donos: a condessa Mumadona doou ao Mosteiro de Guimarães pelo menos 18; este tinha 14, aquele 25; outro ofereceu como dote à esposa nada menos de 37, espalhados entre Lima e Mondego. A propriedade está apertada, rodeada de muros, há prédios encravados em outros maiores, a terra e as árvores pertencem às vezes a donos diferentes, numa confusão só possível em território ocupado há muito.

A existência de mosteiros, ligada como andava à vida rural, que lhes assegurava a subsistência ou eles próprios fomentavam, é mais um indício de população densa e de organização nas terras restauradas. Dos 13 principais, mencionados em diplomas até ao fim do século XI, 10 ficam situados em Entre Douro e Minho, sendo mais numerosos no Sul desta província, 2 no Ocidente da Beira e um nos arredores de Coimbra; nenhum se conhece na mesma época em Trás-os-Montes ou no interior da Beira (fig. 3).

A região de Coimbra, cuja posse foi disputada por mouros e cristãos durante dois séculos, mostra-nos, à luz de documentos incontrovertidos, como as coisas se teriam passado nos territórios setentrionais, onde as fontes são mais escassas ou obscuras.

A despeito de guerras, ruínas e mudanças de senhores, a população rural manteve-se, as povoações persistiram, os cristãos donos de terras tinham assegurada a posse dos seus bens, regulando-se por juizes próprios em caso de litígio, e até os mosteiros, apesar de alguns reveses na sua fortuna e influência, continuaram congregando a população cristã, recebendo doações dos fiéis e chegando a comprar propriedades a muçulmanos. Sabe-se a tenacidade com que a gente rural se apega ao chão que trabalha. Em regiões assoladas pela guerra têm-se visto os camponeses refugiarem-se nos ermos, para, logo que passe a tormenta, voltarem aos campos e aos lares. É impossível aceitar a noção catastrófica das invasões. No Noroeste constituíra-se lentamente um importante foco de densidade. Como se viu, há 4000 anos o povoamento alcançara já, nas montanhas, os limites actuais. Quando da conquista romana, quase em cada cabeça havia uma aldeia: foi a gente dos castros que, descendo aos vales, cultivou as *villas* em que a terra se repartiu.

À luz dos documentos da Reconquista, outra vez o Noroeste aparece com a fisionomia de um formigueiro humano. Como, em tão pouco tempo, se reconstituiu? Este conjunto de factos não autoriza a hipótese de uma quebra de continuidade nas povoações da região. Nela, as raízes da nacionalidade portuguesa poderão mergulhar no passado pré-romano.

Génese de «Portugal»

É, com efeito, à roda de uma pequena cidade do Noroeste, *Portucale*, junto à foz do Douro e na sua margem direita (Porto), que vai aglutinar-se o corpo político donde sairá o Estado português. Povoado insignificante na época romana (*locus*), foi sede de bispado e de circunscrição civil durante o domínio suevo e visigótico, embora inferior a Braga em importância. «Ermada» por mais de um século em consequência das razias de Afonso I, ocupada em 868, *Portucale* foi logo «restaurada», antes de Braga e de outras terras mais ao norte. Houve talvez o propósito de constituir um ponto de apoio na estrema dos territórios cristãos, recebendo a cidade o incremento de parte da população de Coimbra, tomada por essa época, mas abandonada pouco depois aos muçulmanos. Assim, a restauração dos núcleos urbanos, que se seguiu à sua ocupação, não progrediu regularmente do norte para o sul.

Segregado da Galiza, o território de *Portucale* vai desenvolver-se segundo uma evolução própria e local. Parece que a cidade tardou em

recuperar o prestígio das antigas funções; mas, centro importante de reorganização, viu a pouco e pouco o seu território ultrapassar os limites da antiga diocese e confinar com territórios de outras cidades: Braga, Lamego, Viseu e, mais tarde Coimbra.

Desde cedo, porém, *terra Portucalis*, *território Portugal* ou apenas *Portugal* aparecem numa acepção mais lata, que já na primeira metade do século X abrange os territórios cristãos ao sul do Lima. No fim desse século parece certo que existiu um condado correspondente a esta circunscrição territorial, que por muito tempo andou nas mãos da mesma família. Gente rica, poderosa e ilustre, com grandes propriedades e interesses na região, detém, pelo espaço de cinco gerações, este governo, até que Fernando Magno, alargando para o sul a Reconquista e reunindo Leão a Castela sob o seu ceptro poderoso, faz intervir na administração da «terra de Portugal» gente da sua confiança, entre ela o célebre moçárabe Sesnando, *alvasil* ou governador de Coimbra, definitivamente conquistada em 1064. Falecido o poderoso rei e divididos os Estados por seus filhos, é ainda um descendente da mesma família que acaba lutando, à frente dos homens de armas de Portugal, contra Garcia, rei da Galiza.

Só na segunda metade do século XI, talvez em consequência de alterações introduzidas por Fernando Magno na administração dos seus Estados, «Portugal» se alarga além do Lima, para o norte; ao sul estendia-se até ao Vouga, a leste ia além do Tâmega e até perto do Côa, embora não abrangesse os territórios de Viseu e Seia. No final do século XI, a favor das dissensões entre os «reinos de taifas» em que se desmembrara o califado, Afonso VI deslocava a frente da Reconquista do Mondego para o Tejo; mas, em virtude da vigorosa reacção almorávida, estes territórios foram perdidos ou abandonados. É por essa altura que o poderoso monarca procura, no auxílio de barões estrangeiros, fazer face a estes reveses: a dois deles faz, ao mesmo tempo, genros e governadores de parte dos seus Estados. Em 1095 Henrique de Borgonha possuía já certos territórios e dois anos depois a sua autoridade estendia-se a toda a *Portucalensis Provincia*, isto é, aos domínios cristãos do Ocidente ao sul do Minho.

Neste conjunto, todavia, o antigo *Portugale* manteve certa individualidade, contrapondo-se às terras recém-conquistadas, como antes se contrapunha à Galiza. Ao sul do Vouga, precisamente onde a natureza começa a colorir-se de tons de meridionalidade, as vicissitudes da Reconquista modelam outro mundo humano, quer pela dominação mais prolongada dos mouros, que recuperam a maior parte das terras aquém do

Mondego, quer pela forte influência exercida, na região de Coimbra, por moçárabes meridionais, que Sesnando trouxe consigo quando veio administrar estes lugares.

O governo de Portugal constituiu uma tenência hereditária subordinada à monarquia leonesa, que, por morte de Henrique, passou, sem dificuldade, à sua viúva. Mas os indícios de um espírito de autonomia multiplicam-se: os condes de Portugal procuram habilmente consolidar e alargar as suas atribuições, os nobres portugueses desinteressam-se da Cúria de Leão, a Igreja, organizada em torno de Braga, que se esforça por agrupar, como metrópole, as dioceses portuguesas, reage às pretensões de hegemonia das outras metrópoles (Santiago de Compostela e Toledo) e contraria os propósitos de Roma, que se opõe ao desmembramento de Estados peninsulares, procurando manter a unidade de acção na Guerra Santa.

Quando D. Teresa, viúva e sucessora de D. Henrique, busca, no xadrez das suas combinações políticas, o auxílio dos barões da Galiza e a ingerência destes se torna perigosa para a autonomia de Portugal, os nobres portugueses apoiam Afonso Henriques na luta aberta contra sua mãe. O jovem príncipe, que a si próprio se armara cavaleiro, segundo o uso apenas reservado aos filhos de reis, vence e expulsa D. Teresa em 1128 e conduz com mão firme a guerra em duas frentes, consolidando a autonomia de Portugal e alargando para o sul os limites da Reconquista.

Nos primeiros anos do seu governo invade por várias vezes a Galiza, procurando dilatar os seus domínios além do Minho e manter-se em Astorga, pretensões a que alguns reveses e o êxito das campanhas contra os mouros o fariam renunciar. Em 1139 tomou o título de rei; em 1143, Afonso VII de Leão, perante o legado do papa, reconhece a independência do novo Estado, sancionando uma situação de facto irremissivelmente estabelecida, que Roma, porventura sensível ao prestígio das conquistas e vitórias de Afonso Henriques contra os «infiéis», muitos anos depois acabará por confirmar (1179).

Unido à Galiza pela língua, mas separado pela evolução autónoma da região que se constituiu em torno de Portucale, o novo corpo político vai gravitar em volta de cidades do Noroeste: Braga, metrópole das dioceses restauradas, Guimarães, corte dos condes de Portugal, Porto, onde a preponderância da função marítima apaga o segundo elemento do seu nome, e Coimbra, importante centro de reorganização e, durante quase um século, baluarte dos territórios cristãos.

A faixa do Mondego - Serra da Estrela, limite de factos naturais e de factos de civilização cujo reflexo na história por mais de uma vez se fez notar, representa também uma pausa muito longa na expansão da Reconquista, forma os confins meridionais dos territórios herdados por D. Afonso Henriques e constitui o apoio da frente de batalha, que ele deslocará vitoriosamente para o sul.

A Reconquista ao sul do Mondego

Só mais de um século depois das correrias vitoriosas de Afonso I das Astúrias o domínio cristão se firmou definitivamente no Douro, com a restauração de Portucale e do seu território (868); um ou dois anos antes dera-se a primeira e fugaz conquista de Coimbra, mas só passados dois séculos esta cidade foi ocupada para sempre (1064), fixando-se aí por muito tempo a fronteira das terras cristãs. Apesar de episódicas conquistas nas margens do Tejo, em 1093, perdidas em 1111, os mouros continuavam a assolar a região do Mondego, derrubando castelos, afugentando a população e chegando a cercar Coimbra (1117), que resistiu, mas teve os arredores reduzidos a cinzas.

Até 1135, data da fundação do castelo de Leiria e de incursões em terras de muçulmanos, não se conhece nenhuma tentativa importante do jovem rei de Portugal, ocupado com as campanhas na Galiza, para alargar os seus domínios para o sul. No interior, a Cordilheira Central constituía uma barreira inexpugnável: a ela se apoiavam, pelo norte, antigos territórios cristãos, e, ao sul desta muralha montanhosa, apenas no último quartel do século XII há notícia da organização das primeiras povoações sob o domínio português.

A Reconquista portuguesa vai desenvolver-se rapidamente, mediante pouco mais de um século entre as primeiras acções militares de Afonso Henriques e a ocupação das últimas povoações do Algarve. Ela efectua-se em completa independência da Reconquista do interior da Península; durante este período, apenas o rei de Leão, Fernando II, acode a Afonso Henriques, seu sogro, para o libertar do cerco que os muçulmanos lhe haviam posto em Santarém, e os portugueses participam numa grande batalha peninsular (Navas de Tolosa). Pelo contrário, as terras de além-Guadiana e o Algarve são, por várias vezes, motivo de discórdias entre os Estados vizinhos, resolvidas à mão armada.

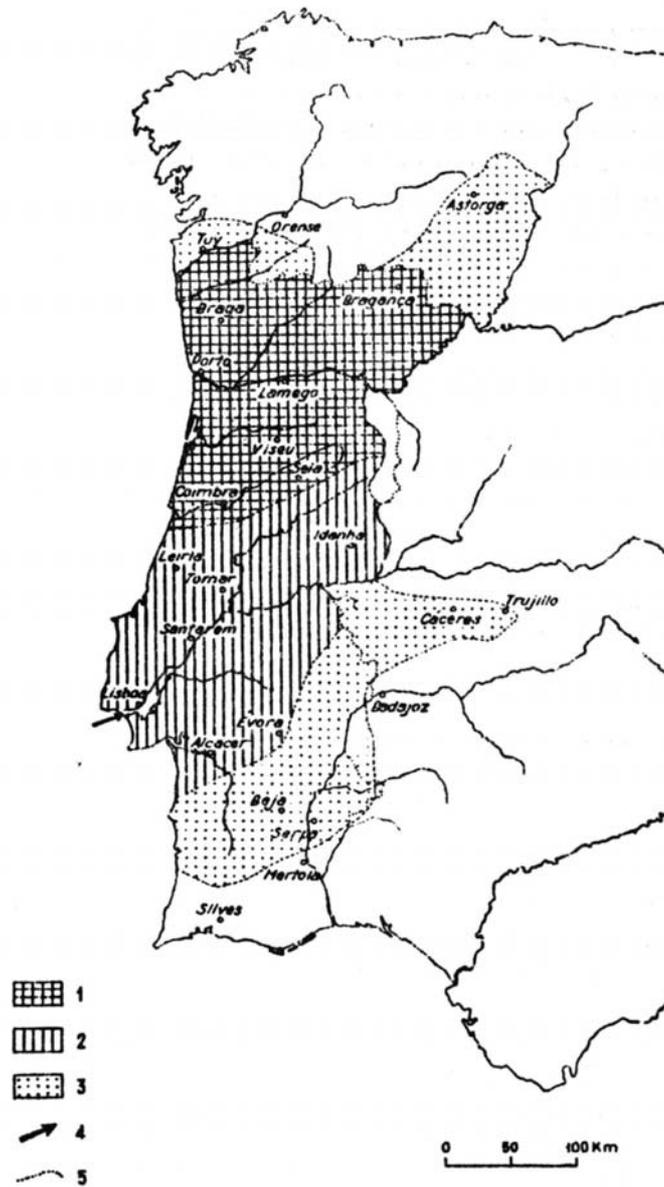
Apoiando-se nas ordens militares, os primeiros reis de Portugal recorrem também às frotas de cruzados, que colaboram no assédio de povoações não longe da foz dos rios (fig. 4). Sem as barreiras montanhosas e os vales profundos, que, no Norte, constituíram sucessivamente obstáculos e defesas, as planuras do Sul, com suas povoações isoladas e distantes, verão, ao mesmo tempo, a rápida progressão das armas cristãs e o seu inevitável retrocesso perante qualquer vigorosa reacção muçulmana.

As dissensões dos primeiros reinos de taifas facilitaram o primeiro avanço até ao Tejo (1093); mas determinaram também a reacção almorávida, que durante quarenta anos fez retroceder as fronteiras para o norte. O declínio do Império almorávida e as contendas entre os segundos reinos de taifas, que se seguiram ao seu desmembramento, favoreceram a progressão rápida dos territórios de Afonso Henriques, permitindo-lhe afirmar-se na linha do Tejo (1147), com a conquista de Santarém e Lisboa, a rendição de Sintra e o abandono de Palmela pela guarnição muçulmana. No longo cerco da principal cidade do Ocidente colaborou pela primeira vez uma armada de cruzados, que uma tempestade fizera casualmente arribar ao Porto.

As conquistas prosseguem rapidamente para além do Tejo: Alcácer do Sal caiu à quarta tentativa (1159) e no ano seguinte são ocupadas duas cidades importantes do Alentejo (Évora e Beja), pouco depois perdidas, mas recuperadas em seguida. Sob o impulso irresistível de um fronteiro audacioso, Geraldo Sem-Pavor, que «avançava sem ser apercebido na noite chuvosa, escura, tenebrosa, e, insensível ao vento e à neve, ia contra as cidades», os domínios de Afonso Henriques prolongaram-se pelas margens do Guadiana e projectaram, através da Estremadura espanhola (Badajoz, Cáceres, Trujillo...), um prolongamento oriental de efémera duração. A invasão da Península por sucessivos exércitos almóadas foi a causa de sérios reveses: perdidas todas as terras ao sul do Tejo, excepto Évora, que ficou isolada, os muçulmanos cercaram Santarém, tomaram Torres Novas e chegaram a ameaçar o castelo dos Templários de Tomar, ao mesmo tempo que se estabeleciam em Almada, em frente de Lisboa (1190).

Consolidada a linha do Tejo, defendida pelo rio e por uma faixa de charnecas desertas na margem sul, a despeito da enérgica reacção almóada, a Reconquista portuguesa vai progredir em duas direcções: uma, ao longo da costa ocidental, por acções isoladas, empreendidas com o auxílio de armadas de cruzados, mas sem o necessário apoio de

Fig. 4 — A RECONQUISTA NO TEMPO DE D. AFONSO HENRIQUES



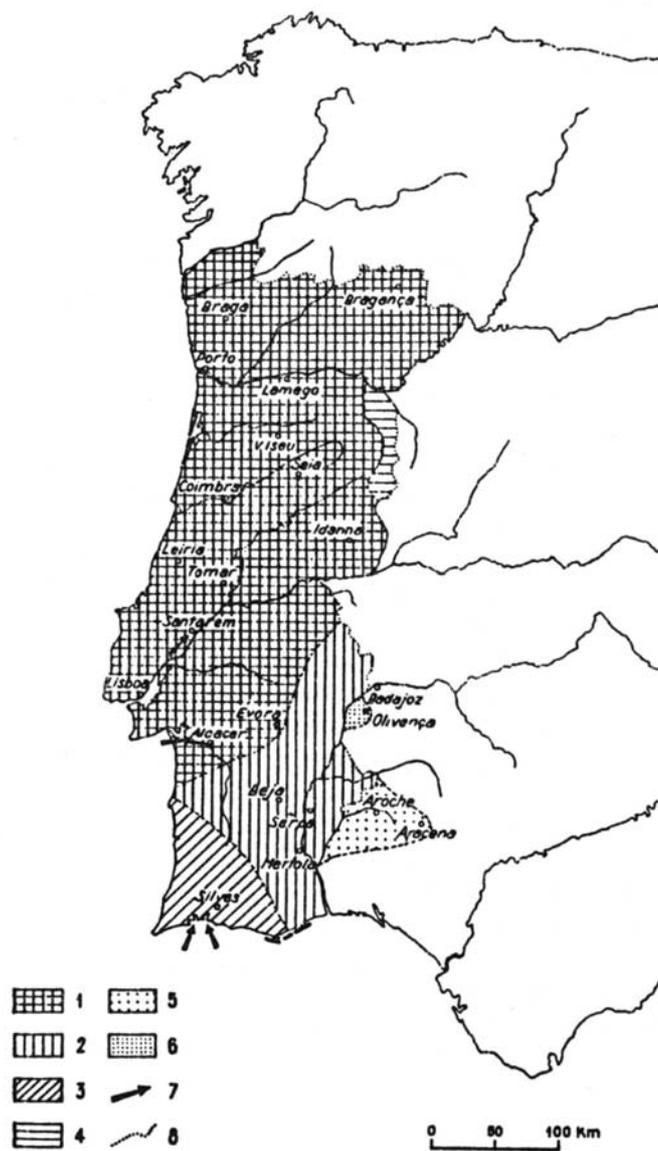
1. Territórios do Condado Portucalense recebidos por herança
 2. Territórios conquistados definitivamente
 3. Territórios perdidos
 4. Armadas de cruzados
 5. Fronteira de Portugal
- (Extraído de O. Ribeiro, Portugal, Barcelona, 1955)

operações terrestres — e por isso todas estas conquistas se perderam —, outra, ao longo do Guadiana, procurando os portugueses, a despeito dos acordos com Castela, firmar o seu domínio em ambas as margens (fig. 5). Os cruzados colaboraram na conquista de Alvor e de Silves, a mais rica e poderosa cidade do Algarve, na defesa de Santarém e na ocupação definitiva de Alcácer do Sal (1217). Quando se tomou esta praça, a única bem defendida pelos mouros, já estes haviam abandonado as terras recuperadas durante a grande invasão de 1190; daí por diante, acompanhando a derrocada do Império almóada, vão caindo sucessivamente em poder dos portugueses as principais terras do Alentejo e, em 1238, inicia-se a ocupação do Algarve Oriental, onde eles penetram pela margem do Guadiana. Nos primeiros tempos do reinado do quinto monarca português, o Ocidente desta província, isolado dos restantes domínios muçulmanos, foi incorporado no território nacional, completando-se assim a reconquista da fachada ocidental da Península (1249).

As principais fases dessa luta duraram século e meio até à consolidação do domínio cristão no Douro, dois séculos do Douro ao Mondego, uns oitenta anos deste rio até ao Tejo e apenas um século para a ocupação do Alentejo e do Algarve. Em 114 anos, durante os cinco primeiros reinados, incorporaram-se no território nacional quase dois terços da sua extensão.

Tudo ao sul do Mondego se passou de maneira diferente do Noroeste. A ocupação árabe foi intensa, profunda e duradoura, sobrevivendo a sua influência, como vimos, à dominação muçulmana. Sem embargo, faltava aqui a densa população rural que, desde o tempo dos castros, povoou a região ao norte do Vouga. Apenas na Estremadura e no Algarve haveria extensões de «campo» onde uma cobertura de povoamento contínuo acompanhava a utilização regular do solo. Na maior área do Alentejo e da Beira Baixa predominavam os núcleos de população concentrados e distantes; alguns constituíam cidades ricas e populosas, que remontavam à época romana, com seu âmbito de hortas e pomares e uma cintura de searas, formando como que ilhas no meio de vastos descampados. Assolados por século e meio de lutas, os territórios do Sul de Portugal não conheceram os longos períodos de acalmia que, ao norte do Mondego, separaram as principais operações militares, favorecendo a estabilidade da vida rural. Além do fluxo e refluxo das armas cristãs, sofreram as lutas armadas entre os senhores muçulmanos, que, durante os dois períodos dos reinos de taifas, estalavam ao menor

Fig. 5 — A RECONQUISTA APÓS D. AFONSO HENRIQUES



1. Territórios conquistados até 1185
 2. Territórios conquistados entre 1185 e 1249
 3. Territórios conquistados em 1249
 4. Comarca de Ribaoia, incorporada em 1295
 5. Conquistas episódicas na segunda metade do séc. XIII
 6. Área de Olivença, portuguesa de 1297 a 1657 e de 1668 a 1801
 7. Armadas de cruzados
 8. Fronteira de Portugal
- (Extraído de O. Ribeiro, Portugal, Barcelona, 1955)

pretexto. As invasões de almorávidas e almóadas, gente fanática, intolerante e grosseira, vinda dos confins de Marrocos, pesaram duramente na maneira de viver dos cristãos, a quem não respeitavam nem a fé nem os usos. Assolados pela guerra, com os campos à roda talados pelos exércitos, muitos lugares devem ter vivido, pelo espaço de algumas gerações, na insegurança das pessoas e dos bens: arruinadas as povoações, foragida a escassa população rural, constituíram-se vastos ermos sem cultura e sem dono.

Nesta «terra de ninguém», sem se embaraçarem com divisões de propriedades ou contestações de posse, talharam os primeiros reis enormes doações às ordens militares, bens de mosteiros e latifúndios dos grandes senhores (fig. 6). E, assim, não admira que tanto os quadros da administração como os limites das propriedades precedessem muitas vezes a ocupação efectiva do solo ou, pelo menos, a organização da vida rural.

A riqueza fundiária, que no Noroeste era constituída por múltiplas parcelas cultivadas, compõe-se aqui de enormes extensões contínuas, embora desaproveitadas: a herdade de Pedrógão, doada por D. Afonso Henriques a três nobres em recompensa de serviços, ia da Serra da Lousã até ao Zêzere, por cabeços de xisto pela maior parte incultos e despovoados; o território de Açafa, cedido por D. Sancho I aos Templários, em 1198, media, de Idanha (a Velha) aos limites do castelo de Belver, quase 100 km de comprido, abrangendo terras de ambos os lados do Tejo; a *hereditas* real que serviu de núcleo ao couto do Mosteiro de Alcobaça ia da Serra dos Candeeiros até ao mar, numa largura de 20 km, pela maior parte de denso matagal.

Da mesma forma, é desmesurada a extensão dos termos municipais, que depois se fragmentam e dão origem a outros concelhos: o da Covilhã (1186), por exemplo, abrangia a área da Serra da Estrela ao Tejo (mais de 80 km de largo) e dele se desmembraram em 37 anos oito novos grémios municipais. Évora, defendida com energia pelos freires da Ordem de Calatrava, várias vezes isolada durante as invasões almóadas, constituía o asilo «dos que fugiam da servidão dos sarracenos»; do seu vastíssimo termo, que chegava ao Guadiana e aos actuais limites com os distritos de Beja e Santarém, desmembraram-se, no século XIII, nada menos de doze concelhos.

Além do alfoz das povoações principais, nem todo o Sul do País seria constituído pelos ermos a que se faz referência. Certas circunscrições passaram, sem grande alteração de limites, ao domínio cristão. No

centro da Estremadura, Santarém, Óbidos, Torres Vedras, Alenquer, Lisboa e Sintra eram já, no tempo dos árabes, os principais núcleos de administração, e assim continuaram depois da Reconquista, fundando-se apenas um, como o nome indica: Torres Novas. No Algarve, «as principais povoações e fortalezas da província tinham já existência no período sarraceno e foram incorporadas no reino de Portugal em pleno desenvolvimento, muitas delas até com os mesmos limites do domínio anterior» (Rui de Azevedo). Tanto nesta região como na Estremadura Central, os nomes de lugares de origem árabe são abundantes e mostram, através da sua persistência, a continuidade da população que os utilizou.

A despeito de guerras, ruínas e vexações a que os sujeitou o fanatismo dos conquistadores marroquinos, os moçárabes mantiveram-se nas povoações do Sul, constituindo, depois da Reconquista, o núcleo da sua população; do mesmo modo, ora como escravos aprisionados nos combates, ora como pequenos agricultores e artífices que capitularam, permaneceram mouros, que em uma dezena das principais cidades e vilas do Sul tiveram garantidos por forais régios a liberdade e a posse dos bens.

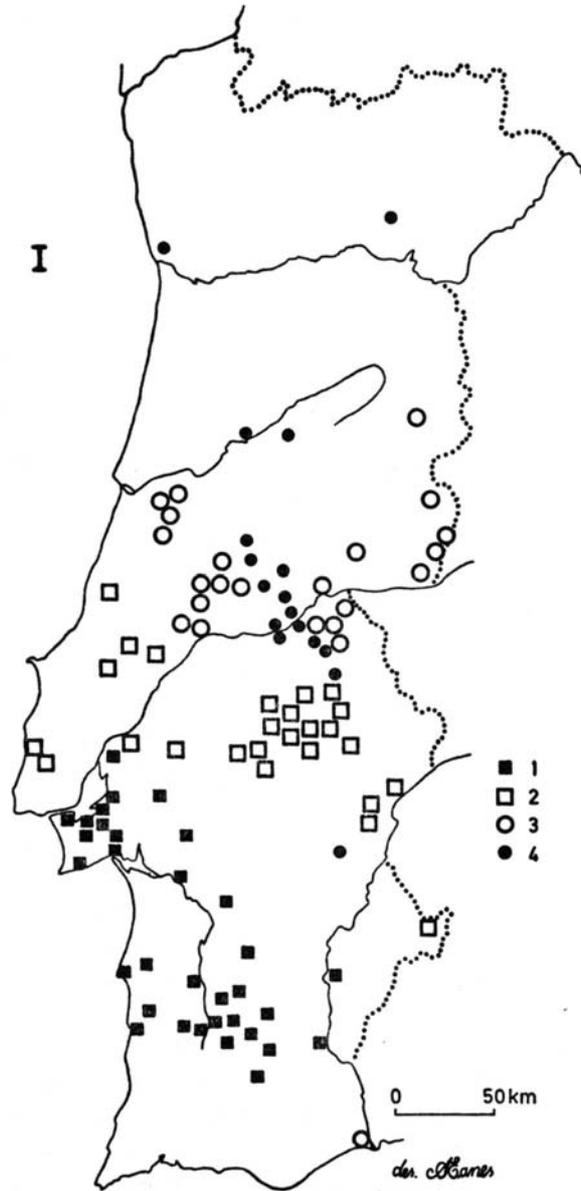
A organização do País

A faixa ocidental compreendida entre o Minho e o Mondego, com a sua população densa e os seus quadros sociais estabelecidos desde cedo, desempenhou papel preponderante na constituição do novo Estado. Do Noroeste saiu a nobreza dos primeiros séculos da Monarquia, os monges-cavaleiros, os senhores que iam ganhando bens com os progressos da Reconquista e para os lugares do Sul traziam parte da sua clientela rural. «Os solares da nobreza estavam principalmente situados em Entre Douro e Minho» (Gama Barros), com as suas terras privilegiadas e os encargos que pesavam sobre a população rural; por essa razão, não floresceram aqui, como no resto do País, as instituições municipais sob cuja protecção se constituíam os grémios de homens livres.

As cartas de foral não podem ser consideradas em bloco: umas «organizavam» povoações existentes, outras «congregavam» a gente dispersa pelo termo do concelho, algumas tinham por fim «povoar» lugares abandonados ou «fundar» povoações em sítios onde não as havia. Dos diferentes casos há várias amostras; contudo, nem sempre é fácil, através dos formulários diplomáticos, discernir a que tipo pertence determinado foral. Mas todos eles indicam que, à roda duma vila, às

Fig. 6 — FACTORES DE POVOAMENTO NA ÉPOCA PORTUGUESA

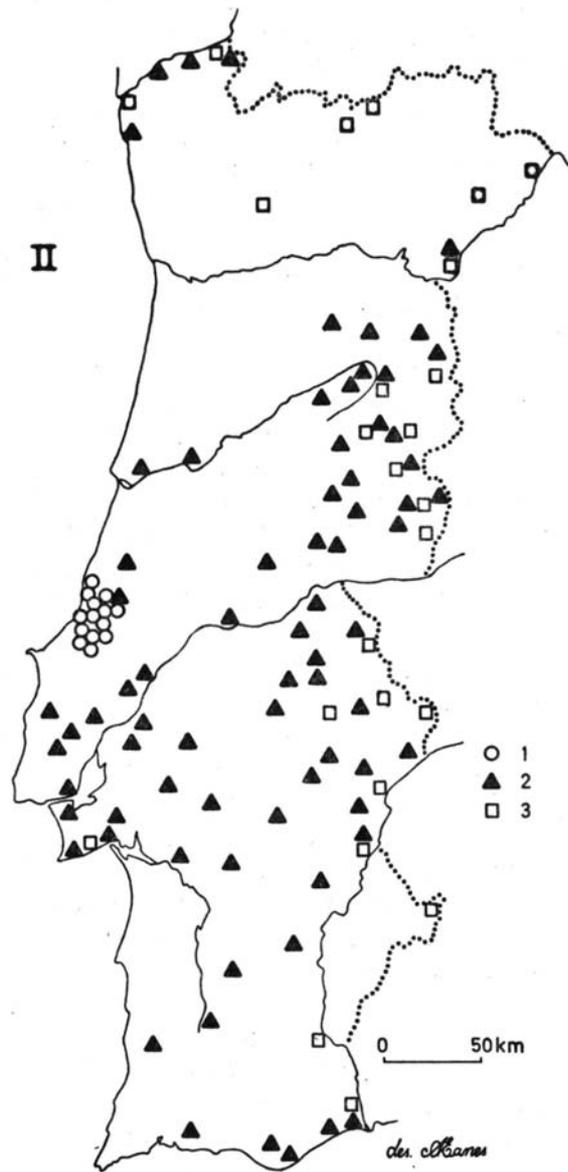
I — Terras das ordens militares



1. Ordem de Santiago.
2. Ordem de Avis
3. Ordem de Cristo
4. Priorado do Crato

Fig. 6 — FACTORES DE POVOAMENTO NA ÉPOCA PORTUGUESA

II — Outros



1. Coutos de Alcobaça
2. Concelhos do tipo dito «perfeito»
3. Coutos

(Elementos colhidos em Gama Barros, Leite de Vasconcelos, Paulo Merêa e Ruy de Azevedo, em parte cartografados pelos três últimos autores)

vezes minúscula, se organiza a vida de um território. Há exemplos de forais concedidos a grupos de três a dez povoadores, e até a uma só família, certamente para ela reunir colonos, constituindo com eles o grémio municipal.

As cartas de aforamento colectivo não concediam as regalias do foral; mas asseguravam a partilha dos direitos de domínio entre os trabalhadores da terra, uns que já aí existiam, outros que com esta regalia se pretendia atrair. «Qualquer das hipóteses pressupõe habitantes espalhados pelo país e inculca o aparecimento de casais e vilares onde dantes os não havia. As povoações, que deviam a sua origem aos aforamentos, foram decerto em muitos casos o embrião de futuros concelhos.» (Gama Barros.)

Para o mesmo período é muito menor o número de forais e de cartas de aforamento concedidas em Entre Douro e Minho do que em Trás-os-Montes: respectivamente 18 e 50 para o primeiro e 69 e 80 para o segundo. Os mosteiros, os coutos e honras da nobreza eram numerosos no Ocidente, partilhando entre si as terras privilegiadas, entre as quais se insinuavam os bens régios, tantas vezes usurpados pela ambição dos poderosos; pelo contrário, no interior e no Sul procura-se, com a concessão das regalias municipais e de aforamentos, incrementar a escassa população, reunindo gente que assegure o cultivo da terra e a defesa do País.

A distribuição dos concelhos do tipo dito «perfeito», instituídos dum jacto em lugares sem tradição municipal e seguindo, portanto, apenas três modelos, indica claramente a área que, na época portuguesa, mais carecia de centros de organização (fig. 6-II), apenas 3 ao longo do Minho, um na foz do Lima, outro na fronteira do Douro, contra 15 no baixo Mondego, Estremadura e baixo Tejo, 21 no Oriente da Beira, 32 no Alentejo (*l. s.*) e 5 no Algarve; a 5 em «terras antigas» opõem-se 73 em «terras novas», onde outro factor de organização vai também desempenhar papel de relevo.

No Oriente da Beira, as notícias da Reconquista são escassas; enquanto se organizava a faixa de entre Mondego e Tejo, estes lugares permaneceram esquecidos ou abandonados, e só nos últimos decénios do século XII nos aparecem os primeiros forais e as doações efectivas à Ordem dos Templários (fig. 6-I). Na organização dos territórios conquistados durante a época portuguesa tiveram papel fundamental as ordens militares, assegurando a defesa, com a sua milícia disciplinada e aguerrida e uma cintura de castelos, e promovendo o povoamento e

agricultura de lugares ermos ou assolados pela guerra. Todas de origem estrangeira — francesa ou peninsular —, tomaram depois feição nacional, repartindo entre si, à medida que as conquistas progrediam para o sul, vastíssimas doações territoriais e múltiplos privilégios, confirmados e alargados sucessivamente pelos reis.

A dos Templários, depois transformada em Ordem de Cristo, foi a primeira a estabelecer-se em Portugal. As suas terras e fortalezas, apoiadas nos relevos calcários do Norte da Estremadura, cobriam a linha do Mondego; contornavam o maciço antigo, guardando a entrada das gargantas do alto Tejo e a depressão periférica por onde comunicam os vales destes dois rios; e ocupavam os descampados da Beira Baixa, que se foram povoando à sombra dos seus castelos. Senhora de 21 vilas e povoações, foi com a sua imensa riqueza que o infante D. Henrique, grão-mestre da ordem, pôde custear os descobrimentos marítimos.

A Ordem do Hospital estabeleceu-se em Portugal quase pela mesma época que a do Templo, formando os seus domínios uma cunha entre as terras daquela ordem, desde o Zêzere até à sede do priorado (Crato).

A Ordem de Calatrava fixou-se em Évora em seguida à conquista desta cidade, que, eficazmente defendida pela sua milícia, resistiu a todos os ataques muçulmanos, isolada por várias vezes dos territórios cristãos. Com o Mestrado de Avis formava um território contínuo através do Ribatejo e Alto Alentejo e possuía alguns lugares meridionais.

Mas a que recebeu mais vastos domínios foi a Ordem de Sant'Iago — mais de um terço da região ao sul do Tejo; Palmela, sede do seu mestrado, alcandorada num contraforte da Arrábida, como que guarda a entrada das planuras meridionais, onde se deve à acção dos seus freires a consolidação das últimas conquistas; foi sob a direcção de um mestre da ordem que se acabou de ocupar o Algarve.

Além de enormes domínios rurais, as ordens militares senhorearam muitas terras, fundaram outras, concedendo, tal como os reis, forais e regalias às povoações.

No povoamento da Estremadura teve acção preponderante a abadia cisterciense de Alcobaça, fundada em 1153, num latifúndio real constituído, pela maior parte, de terrenos bravios e desertos (fig. 6-II). Os monges aplicaram na região os seus métodos de colonização agrícola, arroteando charnecas e matagais, secando brejos, desenvolvendo culturas (oliveira e outras árvores de fruto) e fixando, à roda das suas granjas, a população, que dirigiam ou assistiam nos trabalhos agrícolas. Assim se

vieram a constituir as 14 vilas que, entre o Maciço Calcário Estremenho e o mar, formavam os «coutos» do mais opulento mosteiro português.

A fronteira, assolada por guerras frequentes, era um lugar de insegurança onde permaneceram grandes tractos desertos. Para promoverem a fixação de gente em torno dos seus castelos, criaram os soberanos os «coutos de homiziados», a que se acolhiam os criminosos, gozando de impunidade e podendo, em certos prazos, sair fora e tratar dos seus negócios (fig. 6-II). Esta disposição, que as terras tinham por privilégio, criou ao longo da raia um cordão de lugares fortes, povoados por homens decididos a defender, com eles, a sua liberdade.

A população do Noroeste deve ter contribuído largamente para o incremento de todos estes lugares: sabe-se, por exemplo, que no século XIII vieram minhotos para Sortelha, na raia da Beira Baixa, e povoaram Vidigueira, no Alentejo. São raras as notícias de análogas deslocações, mas a esta expansão da gente da sua área mais densa se tem atribuído generalizarem-se a todo o território português as instituições, os usos e a língua que, com notável uniformidade, dominam ou dominaram no interior das suas fronteiras.

A fronteira e a língua

A fronteira portuguesa, fixada nas linhas gerais quando terminou a Reconquista, é o mais antigo limite político mundial, perdurando há sete séculos com essa função. Regular no traçado, grosseiramente paralela à linha de costa, desenha com esta um rectângulo alongado no sentido do meridiano, que constitui uma das figuras de Estado mais harmoniosas e mais simples.

Ao norte do Douro, a fronteira ajusta-se aos confins da *Terra Portugalense*, que, desde o meado do século XI, chegava ao Minho e se foi alargando para o interior. A despeito de reiteradas ambições e episódicas conquistas portuguesas, aquele rio constituiu o primeiro elemento a fixar-se na divisória dos Estados peninsulares. Desconhecem-se as circunstâncias em que se foi estabelecendo, através de serras e vales, até à curva do Douro, a demarcação da raia. A «tenência» de Astorga, pela qual Afonso Henriques se constituía vassalo do rei de Leão, não foi incorporada no território português, eliminando-se assim a área que mais se internava pelo interior da Península.

Atribui-se a um equilíbrio de forças entre o Estado do Ocidente e o reino de Leão (ou Leão e Castela), durante a progressão da Reconquista para o sul, o traçado regular da fronteira oriental. Em parte parece ter reencontrado antigos limites romanos. Mas, por várias vezes, os portugueses tentaram lançar promontórios através da Estremadura espanhola: conquistas de Geraldo Sem-Pavor, perdidas em seguida, tentativas frustradas para se fixarem em Badajoz, contendas pela posse da margem esquerda do Guadiana. Parece que um convénio entre o primeiro rei português e Fernando II determinava que este rio servisse de limite entre as terras tomadas aos mouros; mas ele não foi respeitado pelos descendentes de ambos os soberanos. Pelo tratado de Badajoz de 1267, que pôs termo a muitos anos de discórdias, Afonso X desistiu das pretensões sobre o reino do Algarve, fixando-se a fronteira pelo Guadiana, desde a confluência com o Caia até ao mar. Portugal perdia assim, a oriente deste rio, todas as terras que iam até Aracena; mas a guerra acendeu-se por duas vezes pela disputa destes lugares; ela deu pretexto, em 1296, a incorporar no reino de Portugal a comarca de Ribacoa (entre o rio Côa e a fronteira actual); pela paz de Alcañices, celebrada no ano seguinte, estabeleceu-se ao sul do Douro o traçado que, com pequenas alterações, chegou aos nossos dias (fig. 5). Esta notável fixidez de limites não impediu que, por duas vezes, a independência de Portugal corresse perigo perante as pretensões de hegemonia peninsular. No fim do século XIV, um grave problema de sucessão dinástica embrechou-se numa longa série de lutas com Castela. Considera-se em geral a tenaz resistência portuguesa como afirmação da «consciência nacional»; mas, especialmente no Norte do País, a maioria das terras tomaram voz por Castela e muitos nobres apoiaram o legítimo pretendente castelhano.

Durante os séculos XV e XVI, o pensamento de união dos reinos peninsulares sob o ceptro de um monarca português sorriu também, por várias vezes, à ambição real. Porém, quando Filipe II conseguiu, pela corrupção e pela força das armas, fazer-se aclamar rei de Portugal (1580), o sentimento nacional reagiu a todas as tentativas para constituir, para além de uma união de coroas, uma fusão de Estados. Restaurada a independência em 1640, consolidada por uma guerra longa e por um jogo de alianças em que a Inglaterra desempenhará papel preponderante, o dualismo político da Península restabeleceu-se tal como ficara constituído no fim do século XV, pela hegemonia castelhana sobre a variedade de povos e de terras que formam a Espanha.

Na maior parte da sua extensão, a fronteira segue linhas de água; mas atravessa indiferentemente grandes vales (como o do Lima e do Tâmega), maciços montanhosos (Gerês, S. Mamede) ou extensões de planura, onde apenas os marcos separam uma terra lisa, unida e igual (Beira, Alentejo).

As unidades geográficas de Espanha penetram no território português, engastando-o fortemente no conjunto peninsular: mesetas do Oriente de Trás-os-Montes e da Beira, que se quebram de encontro às deslocções do Centro do País, Cordilheira Central, divisória transversal de regiões naturais até 50 km do mar, peneplanície do Sul de Portugal, continuação da Estremadura espanhola, onde vêm perder-se, junto da raia, as montanhas que animam a grandiosa regularidade do seu relevo... Mas é impossível deixar de considerar a importância do curso dos rios na fixação do limite político. As inflexões do Douro, a jusante de Zamora, e do Guadiana, a jusante de Badajoz, constituem extremas da terra portuguesa; por outro lado, onde os rios deixam de correr em planaltos e se metem por fundas gargantas, eles podem constituir, além de uma divisória, uma defesa.

A raia chegou geralmente até onde se propagaram os ciclos de erosão recentes, determinando o encaixe dos rios e um ritmo mais vivo das águas correntes. Mas é certo também que o Guadiana tem as gargantas mais selvagens e profundas no troço português, correndo entre margens acessíveis na maior extensão que serve de fronteira. Entre muitos obstáculos que encontrou na sua expansão para oriente, a raia apoiou-se às vezes nos últimos: onde os rios não separam, pela meseta da Guarda e pela planura do Alto Alentejo penetrou o maior número de invasões. Assim, a fronteira está longe de constituir um limite natural; mas forma hoje uma perfeita divisória de povos, separando duas áreas linguísticas que coincidem com ela da maneira mais absoluta, pois apenas alguns falares raianos (mirandês, barranquenho) se empregam, no campo e no lar, a par da língua corrente.

Se os limites e unidade do português resultam em grande parte da vida em comum dentro de uma antiga fronteira, é possível fazer ascender a tempos anteriores a diferenciação do falar do Ocidente.

Duas correntes de romanização, provenientes de diferentes regiões da Itália, ao penetrarem pelo Ebro e pelo Guadalquivir, teriam introduzido no latim vulgar do Leste e do Oeste da Hispânia modalidades dialectais importadas pelos colonizadores. Quando esta língua se transformou a pouco e pouco no romance, a unidade do reino suevo, calcada

em parte sobre divisões administrativas romanas (que, por sua vez, parecem coincidir com antigos limites culturais), determina, para os falares do Noroeste, formas especiais de evolução. Foi o mais ocidental desses falares, comum à Galiza e ao território português, que a Reconquista portuguesa propagou para o sul. Aqui, ele veio sobrepor-se aos dialectos moçárabes, que se sabe terem subsistido durante toda a duração do domínio muçulmano. Através da variedade de formas, muitas vezes contraditórias, que mostra o português medieval, é provável que transpareçam estas duas camadas históricas. Mas, quando se desenvolveu a Reconquista portuguesa, começava também a expansão do castelhano e a sua luta pela hegemonia. Daí a natureza diferente das fronteiras entre esta língua e o português, nítidas no Sul, separando os falares pelo limite político dos povos, mais frouxas no Norte, onde se observa, na mesma época, uma «lenta transição, por línguas intermédias, do português para o espanhol» (Harri Meier). As formas próprias ao galego-português, comuns em parte aos dialectos moçárabes meridionais, tiveram assim uma área que ultrapassava as fronteiras no novo Estado.

Até ao século XV o Minho não constitui nenhum limite linguístico importante, e ainda hoje o galego, a despeito de forte contaminação castelhana, não é mais do que um dialecto arcaizante do português, que o renascimento poético da segunda metade do século XIX enriqueceu de ressonâncias de lirismo «lusitano». Quanto aos outros falares aparentados com este, usados em Leão e no Ocidente das Astúrias, foram absorvidos pelo castelhano e apenas deixaram, nas camadas profundas dos dialectos populares, ténues vestígios. Deste modo — se a comunidade de língua é o mais forte elemento de coesão de certos grupos humanos —, o Estado português parece ter-se estabelecido no interior de uma nacionalidade *possível*. Separado da Galiza pelas vicissitudes da Reconquista, retraiu-se em relação aos limites das áreas culturais que vão avivando, desde os tempos megalíticos, a imagem do «Ocidente» ibérico.

O carácter nacional, amalgamado aos poucos neste cadinho de civilizações, adquire, com a história especificamente portuguesa, o mais claro da sua expressão. «Assim puderam longamente amadurecer, ao abrigo de fronteiras que são as mais velhas da Europa, os traços próprios da alma portuguesa e que a individualizam tão nitidamente em relação aos seus vizinhos peninsulares. Dum lado, um povo orgulhoso e exaltado, pronto para todos os sacrifícios e para todas as violências que

lhe inspirará a preocupação da dignidade; do outro lado, mais melancolia e mais indecisão, mais sensibilidade ao encanto das mulheres e das crianças, uma humanidade verdadeira onde se reconhece um dos tesouros mais preciosos do património da nossa velha Europa ocidental.» (Pierre Birot.)

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Luís GONZAGA de, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1935.
- AZEVEDO, Ruy de, «Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, 1937, p. 7-64.
- BASTO, Artur de MAGALHAES, «A fronteira hispano-portuguesa», In *O Instituto*, Coimbra, 1923.
- BARROS, Henrique da GAMA, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.^a ed., t. IV, Lisboa, 1947
- BOSCH GIMPERA P., *La Formación de los Pueblos de España*, México, 1945.
- CARVALHO, Joaquim de, *A Cultura Castreja — Sua Interpretação Sociológica*, sep. da revista *Ocidente*, 1946.
- CASTRO, Américo, *La Realidad Histórica de España*, México, 1962.
- CASTRO, Luís VIEIRA de, *A Formação de Portugal*, Funchal, 1938.
- CORREIA, A. A. MENDES, «A Lusitânia pré-romana», in *História de Portugal*, ed. Barcelos, t. I, 1928.
- Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Porto, 1924.
- Raízes de Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, 1944.
- Raças do Império*, Porto, (com um resumo da antropologia portuguesa).
- CORTESÃO, Jaime, «Factores democráticos na formação de Portugal», in *História do Regime Republicano em Portugal*, vol. I, Lisboa, 1930 (publicado em volume, Lisboa, 1964).
- COSTA, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, 1959.
- DAVID, Pierre, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Lisboa-Paris, 1947.
- DIAS, Jorge, *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens*, Coimbra, 1948.
- LAUTENSACH, Hermann, «A individualidade geográfica de Portugal no conjunto de Península Ibérica», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 1932.
- Portugal auf Grund eigener Reisen und der Literatur*, 2 vols., Gotha, 1932, 1937.
- LOPES, David, «Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano», In *Boletim de 2.^a Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, III, 1909-10, IV, 1910-11.
- MEIER, Harri, «A formação da língua portuguesa», in *Ensaio de Filologia Românica*, Lisboa, 1948.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, *Orígenes del Español*, Madrid, 1929.
- Los Españoles en la Historia*, Buenos Aires, 1959.

- MEREIA, Paulo, «De Portucale civitas ao Portugal de D. Henrique», in *Biblos*, XIX, 1943 (condensa os trabalhos anteriores).
- PERES, Damião, *História de Portugal*, ed. Barcelos, t. I, 1928.
Como Nasceu Portugal, 3ª ed., Barcelos, 1938.
- RIBEIRO, Orlando, *La Formation du Portugal*, Bruxelas, 1939.
Portugal, vol. V de Geografia de España y Portugal, Barcelona, 1955.
- SAMPAIO, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos*, t. I, Porto, 1923.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, *España: un enigma histórico*, Buenos Aires, 1956.
- SOARES, Torquato de SOUSA, «O repovoamento do Norte de Portugal no século IX», in *Congresso do Mundo Português*, vol. II, Lisboa, 1940.
Reflexões sobre a Origem e a Formação de Portugal, Coimbra, 1962.
- STANISLAWSKI, Dan, *The Individuality of Portugal*, Austin, 1959.
- VASCONCELLOS, José LEITE de, *Religiões da Lusitânia*, 3 tomos, Lisboa, 1897-1923.
Etnografia Portuguesa, Lisboa, 1936, 4 vols., especialmente o II e o IV.